



PROGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

PROGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

Relatório e Contas

2022

Índice

Órgãos Sociais	1
Relatório do Conselho de Administração	3
1. EVOLUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES, DESEMPENHO, GESTÃO DE RISCOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA	3
I. Evolução das Atividades e Desempenho	3
II. Atividades do ano 2022 e principais resultados operacionais	7
III. Gestão dos Riscos	12
IV. Gestão Financeira	18
2. GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	19
3. GESTÃO DE TALENTOS	19
4. APRENDIZADOS/OPORTUNIDADES DE MELHORIA, PRINCIPAIS DESAFIOS E PROJEÇÕES FUTURAS	20
Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	22
Honorários do Auditor Certificado	22
Descrição das operações com partes relacionadas	22
Proposta Aplicação de Resultados	22
Demonstrações Financeiras	22
Relatório de Auditoria Externa	23
ANEXO 1 -	26

Órgãos Sociais

A PROGARANTE, Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA, constituída juridicamente a 15 de junho de 2018 por Decreto-lei nº 32/2018, iniciou a sua atividade com a nomeação definitiva dos seus órgãos de Gestão, junto do BCV em 20/06/2019, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do Estatuto de Gestor Público aprovado pelo Decreto-lei n.º 06/2010, de 22 de março, conjugados com as disposições da alínea b) n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da ProGarante.

Constituem os Órgãos Sociais da ProGarante:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: Patrick Barreto Lopes
- Secretário: Júlio Luis da Silva Bastos Fortes

Conselho Fiscal

- Fiscal Único: Abílio Rocha
- Suplente: Bruno Lopes

Conselho de Administração:

- Presidente: Pedro Mendes Barros
- Administrador Executivo: Andrés Rodolfo Bernal Espinosa
- Administradora Não-Executiva: Antónia Maria Resende Cardoso
 - Administradora Suplente: Lígia Piedade Pinto

No dia 27 de setembro de 2022, foi realizado a Assembleia Geral onde, entre outros pontos da agenda, foram nomeados novos membros para os órgãos sociais da ProGarante, ficando lavrado na ata a seguinte estrutura de gestão:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: António Sérgio Veiga Monteiro (*)
- Secretário: Samira Eunice Lima Araújo

(*) - António Sérgio Veiga Monteiro – Renunciou e ainda não foi substituído

Conselho Fiscal:

Presidente: Admilson Jesus Ferreira Afonso

Vogal: Ildo Adalberto Lima (**)

Vogal: Mirza Margarida Brito

Conselho de Administração:

Presidente: Antonia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo: Andrés Bernal Espinosa

Administrador Não-Executivo: Edney Samir Sanches Cabral

(**) - Inicialmente nomeado, José Pires dos Santos, que renunciou, e em substituição foi nomeado Ildo Adalberto Lima, auditor certificado, por DU de 14/12/2022 da UASE

PRÓGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITO, SA

PRÓGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

Sede: Avenida Cidade de Lisboa - Edifício BAI Center - Loja 2. R/C - Praia - Ilha de Santiago - CABO VERDE - NIF 380934302

Relatório do Conselho de Administração

1. EVOLUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES, DESEMPENHO, GESTÃO DE RISCOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Conselho de Administração da PróGarante, no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório e Contas relativo ao ano de 2022, que evidencia a evolução de suas atividades, o seu desempenho e sua situação financeira.

Também, apresenta, as oportunidades de melhoria que foram inseridos no plano de atividades de 2023, bem como os principais riscos e incertezas identificados para atingi-los. Por outras palavras, apresenta-se uma perspetiva da evolução previsível da sociedade.

I- Evolução das Atividades e Desempenho

Em 2022, a PróGarante - Sociedade de Garantia S.A., concluiu o seu primeiro ciclo de vida, correspondente ao objetivo estratégico definido para esta fase que foi plenamente atingido, não obstante ter que proceder a alterações ao seu plano original para fazer face exigências decorrentes da crise sanitária mundial da COVID 19, e implementar as medidas de emergência concebidas pelo Governo de Cabo Verde.

Especificamente, o objetivo principal, definido para este primeiro ciclo foi:

“Deixar plenamente operacional a PróGarante, inserido no mercado financeiro de Cabo Verde e com sustentabilidade operacional”,

para o qual foram definidos etapas e objetivos específicos correspondentes ao objetivo.

Assim, o primeiro ano, 2019, as atividades estiveram direcionadas para a formalização legal, nomeação e registo no BCV dos seus órgãos sociais, conceção do modelo de negócio e operacional, desenho dos seus sistemas e processos de gestão, bem como as referidas montagens.

Concebida a arquitetura da empresa, modelos de negócios e operacional, sistemas, processos e estrutura orgânica, em 2020, início do segundo ano de vida da empresa, pronta para arrancar a segunda fase do plano geral, a Pró-Garante, assim como outras empresas do Estado e instituições públicas, é chamada pelo Governo de Cabo Verde para integrar o plano integral de emergência para fazer face à crise provocada pela pandemia da COVID, crise que afetou profundamente a sociedade e a atividade económica, tanto em Cabo Verde como no resto do mundo.

¹ A sustentabilidade operacional é entendida pela PróGarante quando as receitas operacionais (sem considerar qualquer ajuda de custos) são iguais ou maiores aos custos operacionais (sem considerar os custos por risco)

Especificamente, a ProGarante foi mandatada pelo Ministério das Finanças para conceber produtos especiais que permitissem mobilizar fundos do sistema financeiro para as empresas que tiveram que suspender a sua atividade devido à quarentena decretada pelas autoridades, com vista a manter a cadeia de pagamento entre as empresas e os seus fornecedores e, essencialmente, para mitigar os impactos no emprego.

Como resultado, a PróGarante teve de proceder à alteração do seu plano de negócios inicial, ajustando os seus modelos operacionais e o seu mercado-alvo, concebendo produtos direcionados para apoio à tesouraria das empresas afetadas pela crise.

De notar, neste sentido, a elevada disposição de todos os bancos da praça e da PróEmpresa para trabalhar conjunta e coordenadamente com a PróGarante neste desafio, refletida num protocolo rubricado por todos os bancos, o Ministério das finanças, a PróEmpresa e a PróGarante no início de maio de 2020, permitindo mobilizar, até o final do mesmo ano, 3.289 Milhões de CVE de créditos a 532 empresas.

Em 2021 a PróGarante, continuou a ser chamada pelo Ministério das Finanças a desempenhar o seu papel inserido nas políticas públicas, que visavam contribuir para a mitigação dos efeitos da queda repentina da atividade económica de 2020, através da prestação de garantias financeiras no âmbito das Linhas de Crédito específicas de apoio à normalização da atividade empresarial e à tesouraria das empresas, desta feita mais focada nas empresas de menor dimensão ou microempresas. Foi assim, que a PróGarante concebeu, conjuntamente com a PróEmpresa, uma linha específica para as microempresas, denominada “Fomento ao Micro empreendedorismo” (FME), visando chegar muito rapidamente aos setores da base da pirâmide microempresarial, com montantes mais elevados, prazos mais longos e taxas mais baixas, definindo um apetite ao risco, para este produto, elevado.

A ProGarante, em 2021, garantiu 587 microempresas no âmbito do Programa FME, destacando-se o fato de o desenho e montagem financeiros do programa ter permitido que a taxa de juros dos créditos garantidos para os microempreendedores fosse de 5,5% anual, com maturidade de até 5 anos e montantes até 1.500 contos, em condições muito favoráveis em relação àquelas que o mercado financeiro conseguia oferecer normalmente para esse segmento de empresas. Além disso, o programa evidenciou sinais satisfatórios de adicionalidade.

O modelo concebido para o programa de FME despertou também o interesse das Nações Unidas, que constituiu um fundo de contragarantia a favor da Pró Garante, no valor de 300 mil dólares americanos para realização de um programa similar focado em jovens e mulheres. Para o ano 2023 está em análise a possibilidade de um reforço do fundo com vista aumentar a cobertura e aumentar o financiamento nos setores mais excluídos.

De igual modo, a Cooperação de Luxemburgo criou um fundo de contragarantias, de aproximadamente de 500 mil euros para um programa dirigido à base microempresarial e “start-up”. De destacar, a particularidade desta inovação para Cabo Verde que, realizada coordenadamente por duas instituições da casa do empreendedor, permite mobilizar fundos de contragarantias diferentes do Estado para gerar produtos financeiros com elevada adicionalidade.

Adicionalmente, no ano 2021 foram atendidas 505 empresas ao abrigo do protocolo COVID. De sublinhar, que a linha COVID (que inclui a linha FME) gerida em 2020 e 2021, definiu um apetite ao risco maior por se tratar de linhas de emergência para fazer face a uma crise sem precedentes, da qual não existia experiência comparada. Por conseguinte, estruturou-se um modelo de contragarantias soberanas, com uma verba no orçamento do Estado, para mitigar os riscos e proteger o capital da PróGarante, visando manter a confiança no sistema financeiro perante a nossa sociedade, garantindo uma elevada solvabilidade e liquidez, características fulcrais para uma instituição de garantia.

Os benefícios da montagem acima assinalados são evidentes: Para o Estado de Cabo Verde trata-se de um passivo contingente e, portanto, de um menor stress da sua tesouraria para defrontar a crise; Para a PG, uma maior eficiência porque a perda esperada é considerada zero, conforme às regras do BCV, portanto, o seu capital deve suportar apenas a liquidez para honrar as certidões emitidas ao abrigo dos protocolos COVID e FME; Por fim, para as Instituições Financeiras, benefícios financeiros pelo menor capital requerido para os créditos garantidos pela PróGarante, com contragarantias soberanas, e pelo menor custo de fundos pela maior possibilidade de aceder às linhas do BCV.

No ano 2022, a PróGarante foi novamente invocada pelo Ministério de Finanças para inserir-se no programa concebido pelo Governo para apoiar a retoma de atividades económicas de Cabo Verde. Foram criadas assim, linhas específicas de garantias para as empresas, visando apoiar o financiamento à tesouraria e investimentos. A novidade estava no fato de os montantes de coberturas terem aumentado para os diferentes segmentos de empresas e a PróGarante passar a fazer atendimento às grandes empresas. Coerente com o anterior, a PróGarante definiu montar o modelo individual para gerir as garantias das empresas de maior dimensão.

Em abril de 2022, novamente com a elevada disponibilidade do sistema financeiro de Cabo Verde, foi rubricado um novo protocolo com todos os bancos da praça e novas condições das garantias da PróGarante desta feita inseridas no programa de Retoma do Governo de Cabo Verde.

Assim, em junho foram emitidas as primeiras certidões de garantia ao abrigo do programa de Retoma, finalizando o ano 2022 com 138 garantias emitidas sobre um montante total de créditos de 1.539 milhões de CVE. Além disso, durante o ano 2022 foram garantidos 435 créditos do programa FME e do programa Lavanta, por 323 milhões de CVE. Por conseguinte, o ano 2022 foram garantidos 538 créditos por um montante total de 2.190 milhões de CVE.

Assim, este primeiro ciclo da PróGarante, 2019-2022, ligado ao projeto de acesso ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas, apoiado pelo Banco Mundial, consegue demonstrar o impacto decorrente da sua atividade.

Com efeito, se analisarmos os indicadores “Montante dos créditos garantidos sobre o PIB” e “Número de empresas garantidas sobre total de empresas”, é possível assinalar que são comparáveis aos melhores esquemas de garantia de outras regiões do mundo. Além disso, com uma importante mobilização de créditos para as empresas, no montante de 7.745 milhões de CVE.

Portanto, é possível concluir que a PróGarante está consolidada como uma eficaz ferramenta de política pública e que cumpriu um papel marcante na crise COVID, crise que teve profundos impactos sociais e económicos em Cabo Verde.

Na perspetiva financeira, é de salientar a evolução positiva do balanço e demonstrações de resultados da PróGarante, obtidos ao longo de todos os anos do primeiro ciclo. Com efeito, no ano 2019 foram atingidos 1,4 milhões de CVE de resultado antes de impostos, e 18,9 milhões, 38,3 milhões e 50,1 milhões, os anos 2020, 2021 e 2022 respetivamente, que significa um resultado acumulado de 108,7 milhões.

Trata-se de uma informação muito relevante porque significa que os fundos do empréstimo do projeto do Banco Mundial destinados para a assistência técnica foram completamente capitalizados. Ou seja, o Governo de Cabo Verde não teve custos de conceção, montagem e arranque, porque foram financiados pela sua própria gestão. Por outro lado, fica evidente que é possível gerir uma instituição de garantia sustentável operacionalmente.

Também, os resultados obtidos mostram que a PróGarante se encontra plenamente operacional e plenamente inserida no sistema financeiro, seu principal objetivo estratégico definido para o primeiro ciclo, e uma das variáveis essenciais para constituir uma sociedade de garantias sustentáveis no longo prazo, estando a trabalhar com todos os bancos comerciais da praça e com uma das seguradoras do mercado, igualmente com garantias emitidas em todos os setores de atividades em todas as ilhas do país.

O primeiro ciclo permitiu também, na sequência das lições aprendidas, identificar oportunidades de melhoria no âmbito operacional, onde é possível ressaltar: a necessidade de melhorar os seus procedimentos administrativos, financeiros e de controlo interno, com base nas recomendações dos relatórios de auditoria externa, do fiscal único e da equipa técnica do Banco Mundial.

Também foi possível identificar oportunidades de melhoria nos seus sistemas e processos de gestão de risco, atualizando e ajustando os seus modelos com base aos aprendizados obtidos.

Neste sentido, o desenvolvimento do projeto de automatização dos seus processos (incluindo os seus processos de gestão de risco), que começou em junho de 2022, será chave nas oportunidades de melhoria assinaladas.

Finalmente, em relação aos aspetos operacionais, considera-se necessário continuar no caminho da melhoria da produtividade, ou e eficiência porque a PróGarante reconhece que nesse âmbito ainda há muito que avançar.

Em relação aos desafios futuros, a PróGarante tem identificado:

- A gestão do programa de retoma, onde não existem contragarantias de qualquer tipo, o qual poderia impactar com força o custo por risco;
- Realização de um novo plano estratégico para o novo ciclo (2023 – 2026), tendo em conta desafios diferentes do primeiro ciclo do projeto.

- Estruturar um sistema de transferência de riscos complementar ao atual, estruturado essencialmente com contragarantias do Estado, para manter o crescimento de colocações com um elevado grau de solvência. A experiência com as Nações Unidas e com a Cooperação de Luxemburgo será interessante para aprofundar.
- Aproveitar as oportunidades de melhoria identificadas para otimizar a sua produtividade, os seus modelos e processos de gestão de riscos e controlo interno.
- A montagem e arranque do sistema de registo de bens mobiliários, tendo como desafio inserir no mercado financeiro os bens móveis como colaterais amplamente aceites para realizar operações de financiamento.

Em termos de projeções, 2023 continuará a ser o ano a partir do qual a ProGarante poderá apreciar o histórico de comportamento da carteira e gerar séries temporais mais robustas, que lhe permitirão rever o seu modelo interno de classificação e assim ajustá-lo, se necessário, para estimar com maior rigor a probabilidade de acionamento e a probabilidade de recuperação das garantias reclamadas e pagas.

O atual modelo de classificação interna é muito prudente porque considera que a probabilidade de acionamento é igual a 1 quando uma operação tem um atraso maior 90 dias, de 0,9 quando tem um atraso entre 61 e 90 dias, de 0,5 quando há atraso entre 31 e 60 dias, de 0,25 entre 1 e 30 dias e, por fim, de 1% para as operações garantias em estado regular.

A PróGarante tem capacidade para responder, em condições de choque – ou seja, sem usar as contragarantias soberana – até 50,5% sua carteira garantida (caso fique malparada), que significa suportar riscos de crédito 3,1 vezes maiores ao risco atual do sistema.²

Porém, a gestão de acompanhamento e estruturação de modelos de transferência de riscos (modelos de contragarantias), nesse sentido, continuam a ser chave, junto com a continuidade da política de prudência da PróGarante quanto à alavancagem e liquidez.

Por fim, a PróGarante prevê continuar a sua evolução positiva em todos os âmbitos da sua gestão, mas com resultados, antes de impostos, mais modestos, próximo ao equilíbrio financeiro, onde a evolução do custo por risco ligada ao programa de retoma será determinante.

II - Atividades do ano 2022 e principais resultados operacionais

Toda a gestão desenvolvida pela ProGarante deve de ser entendida no quadro descrito na seção anterior. Assim, a PróGarante continua focada e alinhada às estratégias governamentais de apoio às empresas a fim de mitigar os impactos da crise no mercado de trabalho, para fazer face às exigências do mercado financeiro e da sociedade civil, mas com ênfase na retoma das atividades das empresas.

Especificamente, o plano de negócio de 2022 aponta trabalhar exclusivamente as linhas de financiamento do plano de retoma e os programas de fomento ao microempreendedorismo (com as linhas FME e Lavanta).

² O risco do sistema conforme informação do BCV

De igual modo, a ProGarante comprometeu-se, em 2022, a continuar com a consolidação do seu modelo de negócio, testando-o, bem como os seus sistemas e processos, com vista na geração de aprendizados e, essencialmente, visando gerar conhecimento dos riscos reais com base no comportamento da carteira garantida, comprometendo-se ainda a avançar na consolidação da sua governança.

Em conclusão, as atividades da ProGarante, no ano 2022, revelaram-se satisfatórias por conseguirem mobilizar aproximadamente 2.190 milhões de CVE em créditos para empresas, o que significou atingir uma carteira ou saldo vivo de 3.300 milhões e próximo 7.745 milhões em créditos mobilizados desde junho de 2020 até o final do ano 2022.

De reiterar o lucro final positivo pelo quarto ano consecutivo, que significou que toda a etapa de conceção do modelo, dos sistemas, processos e procedimentos, bem como o arranque da ProGarante a tornaram plenamente operacional, não constituindo qualquer custo para o Estado de Cabo Verde.

No mapa a seguir, evidencia-se um conjunto de indicadores que medem o desempenho da ProGarante no ano 2022:

Quadro de Gestão					
Estratégicos		dez/21	dez/22	Meta 2022	KPI
Escopo	Saldo Vivo Crédito Garantido/PIB	1,70%	1,82%	1,86%	98,18%
	Número de Empresas Garantidas/Total de Empresas	13,51%	16,78%	14,71%	114,05%
	Número de Empregos de Empresas Garantidas/Total de Empregos	8,26%	11,93%	10,79%	110,55%
Sustentabilidade Financeira	Receitas Operacionais / Custo Operacionais	1,36	1,57	1,22	128,96%
ROE	Lucro final após de Impostos / Capital	2,92%	2,37%	0,18%	1297,72%
ROL	Lucro final após de Impostos / Saldo Vivo garantias concedidas	1,04%	1,17%	0,09%	1357,39%
Alavancagem	Saldo Vivo Garantias Concedidas / Capital	2,82	2,02	2,11	104,60 %
Táticos		dez/21	Mês Atual	Meta 2022	KPI
Eficiência	Custo Total/Número de Empresas Atendidas	53 188	20 105	24 308	120,90%
	Custo total/ montante de garantias concedidas	3,56%	3,50%	3,80%	108,40%
	Custo total/montante de créditos mobilizados	2,12%	2,00%	1,34%	66,95%
	Número de Empresas(vigentes)/Total Pessoal	140,4	156,25	188,70	120,77%
	Lucro final antes de impostos	39 028 059	50 328 836	3 776 620	1332,64%
	Custos por Risco/Saldo Vivo garantias Concedidas	0,31%	0,57%	2,04%	354,30%
Qualidade de Serviço		dez/21	Mês Atual	Meta 2022	KPI
Reclamações	Número de Reclamações das Empresas	0	0	ND	-
Relatórios	Não conformidade nas datas do envio de relatórios aos Stakeholders	3	5	ND	-

Os indicadores de alcance confirmam que a ProGarante, apesar de ser uma empresa nova, com apenas quatro anos de operações, tem sido um instrumento financeiro importante para defrontar a crise económica de uma forma eficaz e eficiente e, também, para apoiar na recuperação.

É interessante reiterar que os indicadores estratégicos de alcance da ProGarante, além de positivos a nível do País, também o são quando comparados com os indicadores da maioria dos sistemas de garantia no mundo, especialmente com os indicadores dos sistemas europeus e americanos, que estão em funcionamento há muitas décadas, como pode ser facilmente verificado revendo a literatura especializada.³

³ Ver Calice 2016

Em relação aos indicadores estratégicos, é possível destacar a elevada percentagem de empresas que utilizaram as garantias da ProGarante e o indicador de sustentabilidade financeira,⁴ salientando que todos mostram uma evolução positiva.

O indicador de eficiência, custo total versus montante de garantias concedidas, mostra um aumento, face ao 2021, bem como o indicador custo total versus montante de créditos garantido, enquanto o indicador custo total versus número de empresas atendidas diminuiu em relação ao ano anterior.

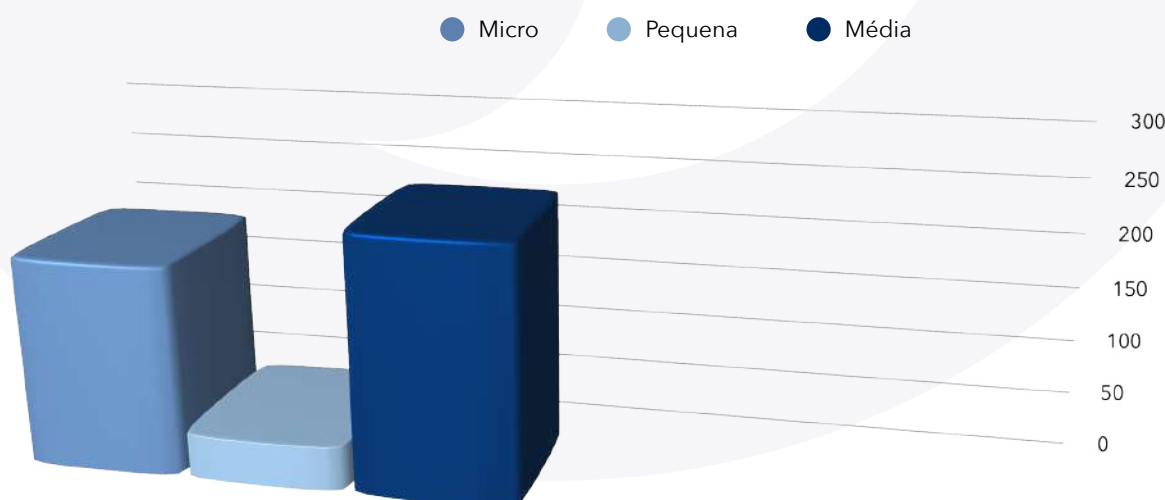
A ProGarante considera que a eficiência é essencial e um alvo permanente, portanto o projeto de automatização dos seus processos (incluindo os processos de gestão de riscos), com vista a melhorar os indicadores de eficiência e mitigar de melhor forma os seus riscos operacionais,⁵ iniciado em junho de 2022, com previsão de arranque em julho de 2023, é considerado fulcral.

No relativo ao custo por risco, mais adiante há uma análise apurada e mais integral dos resultados produto da gestão de riscos da ProGarante. Por agora, apenas indicar que os custos por riscos estão a afetar apenas uma pequena parte do seu capital, porque se conseguiu estruturar a maior parte da carteira com contragarantias do Estado e com um fundo de contragarantia das Nações Unidas.

Por fim, ao longo de 2022 foram registadas três reclamações ou queixas, ligadas a três stakeholders, relativas à falta de entrega dos relatórios correspondentes ou problemas na informação.⁶ Analisados cada um dos eventos, a ProGarante reforçou os seus controlos com vista a mitigar completamente o número de reclamações no ano 2023. Mas, o principal mitigador vai ser a plataforma digital que terá o seu arranque no segundo semestre de 2023, que gerará automaticamente os principais mapas base dos relatórios para os diferentes stakeholders.

Os mapas seguintes mostram os resultados obtidos pela atividade comercial da ProGarante relativamente às colocações por dimensão de empresas, setor de atividade, Ilhas e quotas por banco.

Número de Operações por Dimensão de Empresa

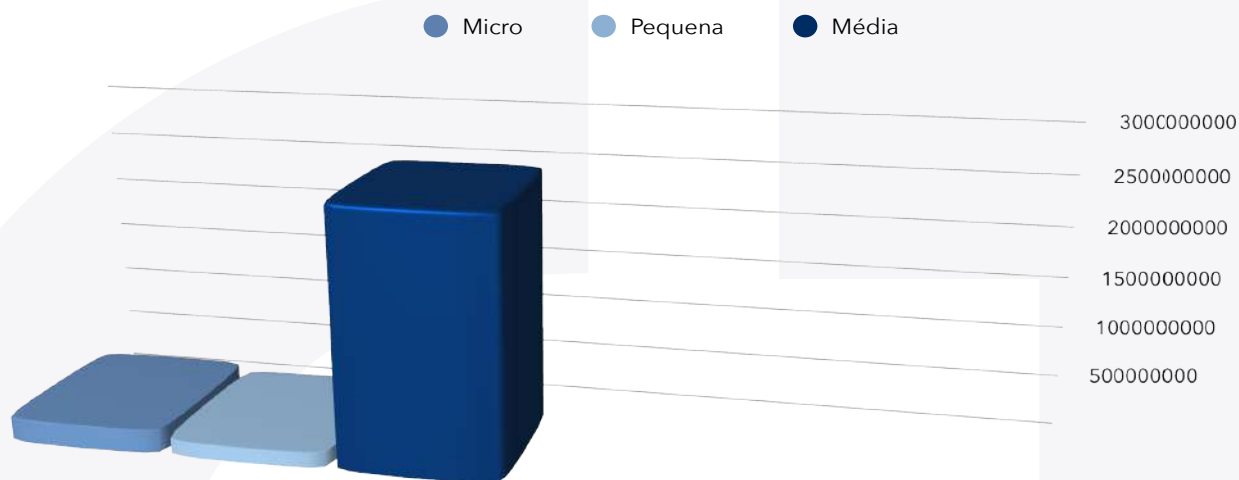


⁴ O cálculo deste indicador não considera os subsídios do projeto do Banco Mundial, mas se considera os custos da assistência técnica associada ao projeto.

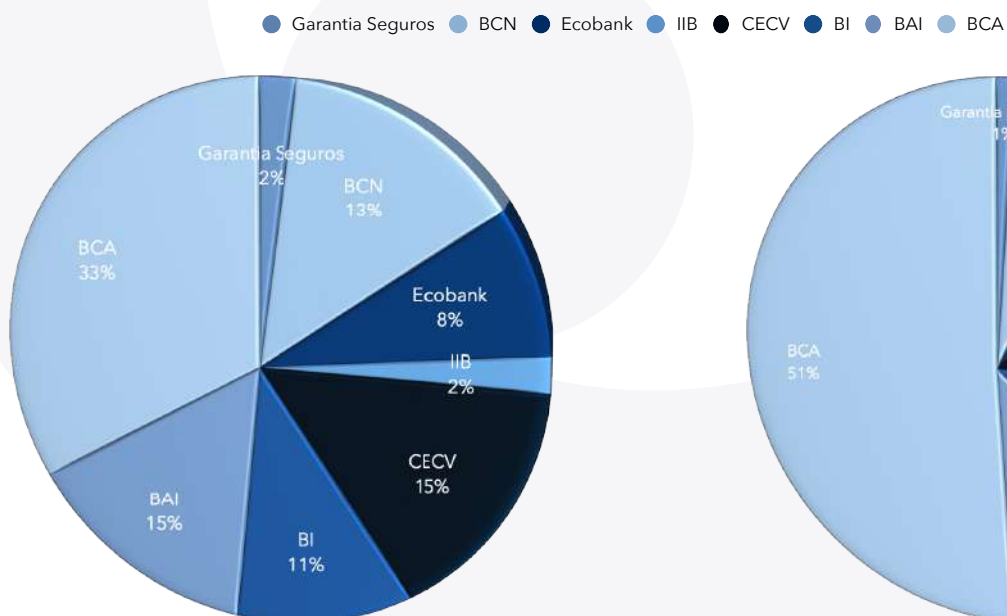
⁵ Durante o ano 2022 na ProGarante não foram registados quaisquer eventos que afetassem o padrão de resposta (72 horas uteis) ou a continuidade do negócio, não foram detetadas fraudes, ou outros eventos operacionais que impactarem financeiramente, mas, a ProGarante está consciente que isso não pode colocar em causa o seu plano para elevar, de maneira continua, os padrões dos seus mitigadores para os riscos operacionais.

⁶ Duas queixas pelas datas de entrega e uma reclamação pela informação do relatório

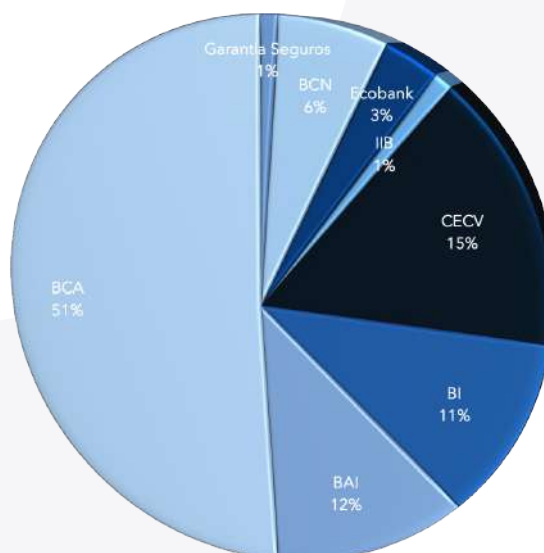
Montante de Crédito por Dimensão de Empresa



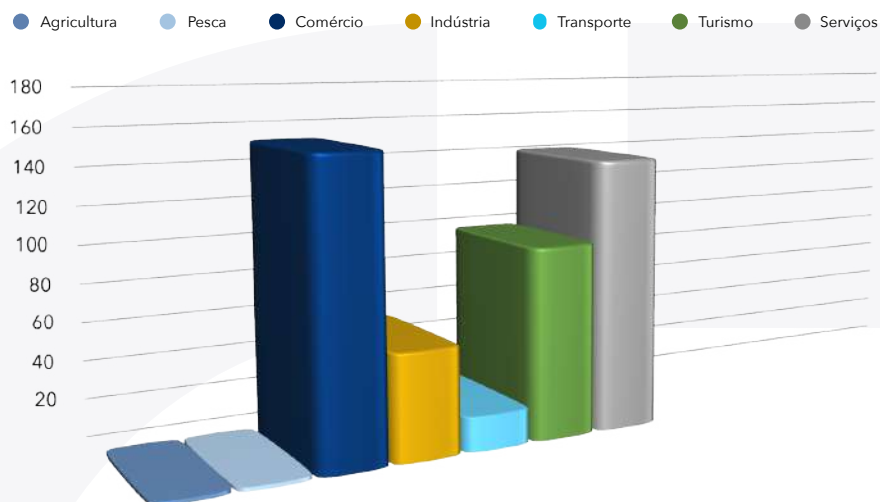
Quota de Mercado Por Montante de Crédito Garantido



Quota de Mercado Por Número de Operações



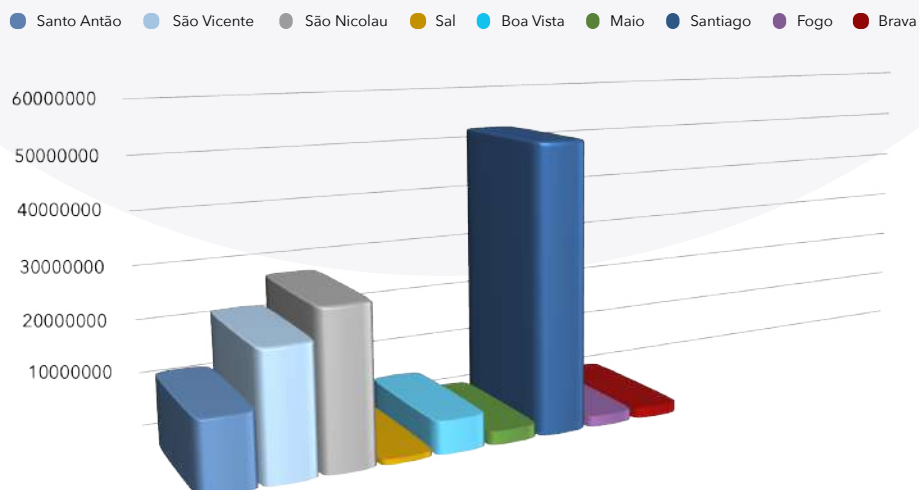
Número de Operações por Atividade Económica



Montante de Crédito Garantido por Atividade Económica



Montante de Crédito Garantido a Pequenas Empresas Por Ilha



O que se pode deduzir das estatísticas mostradas acima é, sem qualquer dúvida, que a ProGarante já é um instrumento importante no ecossistema financeiro cabo-verdiano, com cobertura nacional e que atendeu todos os setores de atividade económica, incluindo os “start-up”.

Assim, os resultados alcançados em 2022 indicam que a ProGarante conseguiu um maior grau de consolidação no mercado entre os diversos instrumentos disponibilizados pelo Governo de Cabo Verde, como uma ferramenta importante para fazer face a crise económica resultante da pandemia COVID-19, conseguindo atingir, de maneira satisfatória, o seu alvo pretendido em 2022.

Qualitativamente, o conselho de administração afirma que a ProGarante se enraizou no sistema financeiro de Cabo Verde, suportada por um conjunto de valores e referências (credibilidade, integridade, transparência, comprometimento, representatividade), cientes que os seus esforços para mobilizar créditos às micro, pequenas, médias e grandes empresas, em conformidade com as suas declarações estratégicas tem resultado em sucesso.

Em resumo, é possível concluir, pelo Conselho de Administração, que os modelos, sistemas e processos implementados corresponderam adequadamente aos objetivos, sendo todas as metas definidas atingidas, e até ultrapassadas, constituindo um valor acrescentado às oportunidades de melhoria identificadas, produto das lições aprendidas.

Assim, a ProGarante começa, gradualmente, a validar-se como um parceiro no ecossistema financeiro de Cabo Verde.

III - Gestão dos Riscos

ProGarante define a sua gestão de riscos numa perspetiva sistémica e como um processo estratégico, que deve ser assumido e realizado por toda a empresa, que deve identificar, medir, estabelecer mitigadores, e implementar processos de monitorização e controlo robustos, cumulativamente com processos de avaliação periódica, dos riscos inerentes associados à atividade da empresa, a fim de verificar se os riscos reais estão alinhados com o apetite ao risco definido pela empresa.

Por outro lado, a ProGarante definiu os seguintes graus de riscos:

Definição graus de risco	Legenda grau de risco
Aspecto grave que poderá levar a: a. perdas substanciais, possivelmente em conexão com outras fraquezas no controlo organizacional ou relativo a outro processo b. violação grave da estratégia da instituição, políticas e valores, c. danos na reputação/prestígio da instituição d. incumprimento nas disposições legais e regulamentares aplicáveis (designadamente das regras prudenciais ou dos prazos de reporte, incluindo a existência de incorrecções ou falta de integridade dos reportes enviados à autoridade de supervisão) e e. consequências adversas, tendo em conta o quadro regulatório existente.	Elevado
Aspecto que poderá levar a: a. perdas financeiras; b. perda de controlo dentro da instituição ou relativo a um determinado processo; c. danos na reputação/prestígio da instituição, d. incumprimento das regras prudenciais ou dos prazos de reporte, incorrecções ou falta de integridade dos reportes enviados à autoridade de supervisão, e e. consequências adversas, tendo em conta o quadro regulatório existente.	Médio
Aspecto cuja solução poderá originar uma melhoria da qualidade/eficiência da organização ou do processo. Os riscos para a entidade são muito limitados.	Baixo

O Conselho de Administração, consciente de que a instituição financeira é regulamentada e que os seus produtos de garantia devem ser considerados mitigadores de risco, de acordo com a Basileia, e ciente que os seus modelos de gestão de riscos devem estar em conformidade com a sua dimensão, características-chave do negócio e produtos, recursos disponíveis, e, finalmente, baseado nos tipos de risco identificados e geralmente definidos pelos padrões internacionais e o Banco Central de Cabo Verde, definiu:

a) Risco de Mercado

A PróGarante define risco de mercado como a perda potencial decorrente de alterações nos fatores de risco que afetam a avaliação da posição dos ativos, passivos ou passivos contingentes, tais como taxas de juro, índices de preços, entre outros.

Para o caso dos ativos financeiros, a PróGarante definiu como política realizar investimentos apenas em renda fixa. Atualmente, a totalidade dos seus investimentos estão em renda fixa, depósitos a prazo e obrigações do tesouro, ou seja, instrumentos financeiros de baixo risco e elevada liquidez.

A ProGarante apenas tem passivos financeiros em escudos cabo-verdianos, bem como os seus passivos contingentes, produto das coberturas sobre o capital dos créditos garantidos pelas suas garantias emitidas.

O mapa a seguir mostra o detalhe dos investimentos da ProGarante:

Conceito	Valor	Limite ou Margens	Cumprimento	Observações
Concentração de Investimentos				
BCN	28 440 000	546 744 487	Sim	BCN - DP a 365 dias (venc. 31/12/2022)
BCN	50 000 000	546 744 487	Sim	BCN - DP a 365 dias (venc. 16/09/2023)
BAI	160 000 000	546 744 487	Sim	BAI-DP a 1080 dias (venc. 27/10/2023)
IIB	320 000 000	546 744 487	Sim	IIB - "Super DP a 2 anos" 730 dias (venc. 24/04/2023) e 365 dias (venc. 24/05/2023)
CECV	253 860 753	546 744 487	Sim	CECV-DP a 732 dias (venc. 18/06/2023)
DGT	140 000 000	n/a	Sim	Títulos do Tesouro (Venc. 09/06/2023)
DGT	250 000 000	n/a	Sim	Títulos do Tesouro (Venc. 30/08/2024)
DGT	100 000 000	n/a	Sim	Títulos do Tesouro (Venc. 30/08/2024)
DGT	150 000 000	n/a	Sim	Títulos do Tesouro (Venc. 30/08/2024)
DGT	100 000 000	n/a	Sim	Títulos do Tesouro (Venc. 30/08/2024)

Assim, em conformidade com os modelos concebidos para medir os riscos de liquidez e os limites e margens prudenciais estabelecidos, o risco de mercado pode ser definido como baixo.

a) Risco de Garantias

A ProGarante está a definir o risco de garantias como a possibilidade de perda resultante do incumprimento dos créditos garantidos. Concretamente, pelo incumprimento de obrigações contratuais das empresas garantidas para com as instituições financeiras.

Para abrigar a sua gestão do risco de garantia, e conforme os padrões das boas práticas e regras do Banco do Cabo Verde, o Conselho da Administração deliberou que o apetite ao risco tem de ser superior ao risco do sistema financeiro, para apoiar o acesso ao financiamento. O apetite ao risco, conforme a política definida acima, fica estabelecida no plano de negócio e no plano de atividades e orçamento anual.

Para emitir garantias inerentes ao modelo de carteira, foram definidos os seguintes mitigadores:

- Acompanhamento perto da carteira Garantida, utilizando os modelos internos de classificação dos créditos garantidos, baseados em Basileia II;
- Ferramenta de “stop-loss” com as instituições financeiras, baseada na probabilidade de acionamento que é calculada pelo modelo de classificação interna. Atualmente, a política indica que devem de ser aplicadas limitações à emissão de novas garantias, às instituições financeiras com probabilidade de acionamento maior 20%.
- Modelos de transferência de riscos estruturados como contragarantias. Atualmente, toda a carteira dos créditos garantidos para apoio a empresa, ao abrigo dos protocolos COVID, FME e protocolo de transferência das garantias do ecossistema, tem formalmente constituídas contragarantias do Estado. Além disso, a ProGarante tem uma contragarantia líquida, cedida pelas Nações Unidas, para o programa Lavanta.

Para emitir garantias por meio do seu modelo individual, foram definidos os seguintes mitigadores:

- Aceitar as avaliações dos bancos e rever a coerência a partir do cálculo de indicadores que mostram a capacidade de pagamento e “leverage”.
- Aceitar KYC realizado pelos bancos.
- Registrar a ProGarante no segundo grau das hipotecas oferecidas pelo cliente e assinaladas pelo banco.
- Solicitar registrar no contrato de empréstimo “covenants” para limitar o “leverage” da empresa.

Os mitigadores assinalados são estabelecidos em função de cada operação específica.

Assim, a estrutura de carteira de garantias e contragarantias, até final do ano 2022, produto da gestão de riscos da ProGarante, mostram-se no mapa e gráfico a seguir⁷:

Garantias Emitidas Vigentes						Total Garantias Vigentes
Linha COVID-19		Tansitadas Ecosystema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	
C-19	FME					
CVE	CVE					
1540 328 118	397 038 378	383 768 604	2 321 135 100	378 706 361	642 265 111	3 342 106 572

É possível observar que um 69,5% da totalidade da carteira garantida pela ProGarante tem contragarantias do Estado, ou seja, que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano.

⁷ Ver relatório auditoria externa página nas revelações da nota provisões.

O mapa a seguir mostra a probabilidade de acionamento e a perda esperada por instituição financeira

Detalhe de Probabilidade de Incumprimento e Perda Esperada por Instituição Financeira					
Instituições Financeiras	Nº de Operações	Saldo Vivo	Nº de Operações em atraso	Probabilidade de Incumprimento	Perda Esperada
CECV	984	668 755 657	533	236 266 968	5 525 507
BCA	607	1424 477 625	20	34 053 394	5 332 664
BI	107	377 237 553	14	20 938 091	626 050
BAICV	92	394 246 699	8	8 595 004	3 874 898
BCN	50	282 037 366	4	10 180 374	400 450
IIB	16	40 368 804	3	1 738 901	1 434 809
Ecobank	16	123 973 560	3	9 094 862	0
Garantia Seguros	2	30 443 974	1	24 112 672	1 438 664
Fami-Picos	1	565 334	1	565 334	565 334
	1875	3 342 106 572	587	345 545 599	19 198 374

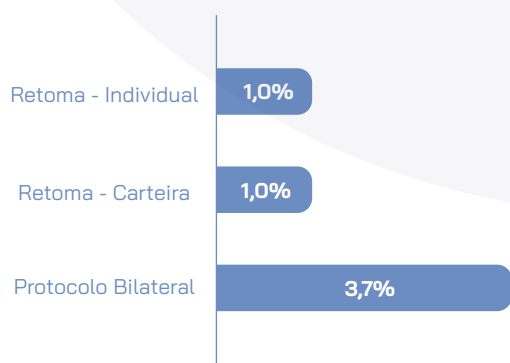
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

Os riscos da carteira estruturada pela ProGarante, conforme o modelo de contragarantias concebido e assinalado anteriormente, explicam a diferença entre o risco de acionamento incumprimento da carteira, 345,6 milhões ou 10,3%, e a sua perda esperada, 19,2 milhões ou 0,57%. Com efeito, aproximadamente 70% da carteira garantida tem contragarantias do estado e o impacto positivo sobre a perda esperada total é elevado.

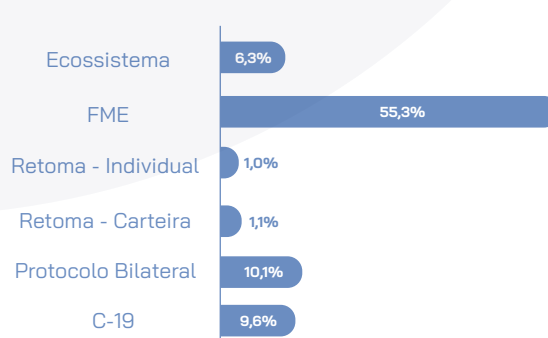
O risco de acionamento (345,6 milhões) está suportado pela liquidez e a perda esperada (19,2 milhões) pelo capital ou património, que atingiram, 756,5 milhões de CVE e 1.659,5 milhões de CVE ao 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

Os gráficos a seguir mostram a Probabilidade de Acionamento (PI) e a Perda Esperada (PE) por produto:

Perda Esperada por Produto (%)



Probabilidade de Incumprimento por Produto (%)



Quando observamos a PI e a PE por produto, vemos que os produtos COVID-19, Ecossistema e FME têm perda esperada zero, devido às contragarantias soberanas.

Salientar que apenas o produto FME tem uma probabilidade de acionamento superior ao risco do sistema financeiro, próximo de 16%. Porém, os acionamentos reais deste produto estão perto de 10% da PI assinalada no gráfico.

Contudo, a carteira FME, direcionada ao apoio às microempresas, base piramidal no âmbito da crise COVID 19, por conseguinte com um apetite ao risco maior (3 vezes o risco do sistema financeiro), apenas representa 11,9% da sua carteira total.

Não obstante os sinais positivos assinalados até agora, há que fazer a análise e julgamentos de maneira cautelosa para evitar enviesamentos porque as séries temporais do comportamento de crédito da ProGarante ainda são exíguas, a carteira de Retoma ainda é nova, constituindo apenas 19,2% da carteira garantida.

O Conselho de Administração, de acordo com os valores obtidos, resultante dos seus modelos, considera que o risco de garantia é baixo porque, essencialmente, está estruturado por 69,5% em contragarantias soberanas, com probabilidade de acionamento dos principais produtos que constituem a sua carteira abaixo do risco do sistema e abaixo do apetite ao risco da PG.

b) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)

Para a PG o risco tecnológico e legal corresponde à possibilidade de incorrer em perdas resultante das falhas nos processos e/ou omissões, enganar ou falhas na realização das atividades administrativas e operacionais, ou ações tomadas pelo pessoal e/ou pelas deficiências nos sistemas informáticos e tecnológicos e/ou pelas deficiências dos contratos realizados ou atos acometidos que eventualmente signifiquem processos judiciais desfavoráveis e/ou pelos eventuais acontecimentos inesperados relacionados com a infraestrutura operativa externa.

Durante o ano 2022, apenas 5 eventos, que podem ser classificados ao abrigo da definição acima, foram identificados, registados e analisados pelo CA em termos de incidentes, mas que não causaram impacto financeiro. De maneira mais específica, não se registou qualquer evento que pudesse afetar a continuidade operativa.

Contudo, e posto que a maioria dos processos da empresa são manuais, embora estejam implementadas a segregação de funções, fluxogramas de processos e procedimentos, a ProGarante identifica aqui uma oportunidade significativa de melhoria nesta área.

De facto, a ProGarante irá automatizar todos os seus processos (incluindo a gestão do risco de garantias) até o final do primeiro semestre de 2023, o que vai elevar o padrão dos atuais mitigadores do risco operacional inerentes à atividade da empresa.

Além disso, o plano de atividade para o ano 2023 definiu atividades de formação para todo o pessoal da empresa sobre questões de controlo interno e melhores práticas.

Por fim, o plano de atividade do ano 2023 contempla a análise de todos os seus procedimentos operacionais, com vista fazer os ajustes necessários, à luz das lições aprendidas e de acordo as suas declarações e definições estratégicas.

c) Risco de liquidez

A ProGarante definiu, conforme aos padrões e regras nacionais e internacionais, como risco de liquidez a possibilidade de ocorrerem perdas por ausência de recursos para cumprir com as suas obrigações assumidas. Em concreto, risco de perda por desajuste das posições ativas e passivas, pela ausência de liquidez ou capacidade para transformar um ativo em liquidez.

O principal passivo da ProGarante é o seu passivo contingente ou carteira garantida e a empresa deve estar preparada para responder atempadamente – conforme o estabelecido nos contratos com as instituições financeiras – quando uma garantia emitida para uma operação elegível é acionada.

De facto, para a ProGarante uma garantia acionada deve ser paga sem mais delongas quando uma operação garantida é elegível, conforme estabelecido nos contratos

Como aproximadamente 69,5% da sua carteira está estruturada com contragarantias do Estado, o seu risco de liquidez é a diferença temporal entre o pagamento de uma garantia acionada e o pagamento das contragarantias pela Direção Geral do Tesouro.

O rácio “ativo de fácil liquidação sobre risco vivo” é uma boa medida para verificar a fortaleza da ProGarante, quanto à liquidez, numa situação de stress de pagamento das contragarantias. O valor do rácio acima assinalado mostra que é possível suportar até 48% dos créditos garantidos malparados, valor que é aproximadamente 3 vezes o risco do sistema financeiro de Cabo Verde.

Em termos de monitorização, como já foi comentado na seção de risco de garantia, a ProGarante tem um modelo de classificação interna que mede o risco de acionamento das garantias emitidas, baseado no risco de incumprimento das operações de crédito garantidas. O risco de incumprimento deve de ser suportado pelos ativos financeiros mais líquidos.

Assim, o Conselho de Administração pode indicar que o risco de liquidez é baixo e em conformidade com o seu apetite.

d) Risco de Reputação

A ProGarante definiu como o seu risco de reputação a hipótese de perda resultante da degradação da imagem da entidade devido ao incumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de governança, códigos de conduta, atrasos e incumprimentos dos compromissos assumidos (internos ou externos), entre outros.

Um dos maiores riscos inerentes ao risco de reputação é que as instituições financeiras percebam que a ProGarante não honra os principais compromissos de pagamento das Garantias perante as garantias acionadas, tendo em conta que o compromisso assumido no contrato com as instituições financeiras é:

“Pagar as garantias acionadas sem mais delongas, quando a operação de crédito envolvida é elegível”

O que significa necessariamente um exame de elegibilidade ou, de outra forma, que as instituições sejam as responsáveis de procurar e manter os documentos para comprovar a elegibilidade e a ProGarante é a responsável por verificar a absoluta veracidade e formalidade desses documentos.

A experiência comparada indica que este é o principal problema que as interpretações feitas pelos atores envolvidos para definir se uma operação é elegível ou não gera desconfiças e, por conseguinte, uma perda de reputação recíproca.

A ProGarante tem como um dos seus principais mitigadores um manual de operações e fichas técnicas onde se definem sem ambiguidades as condições de elegibilidade, os documentos necessários (com as suas formalidades) e o procedimento para acionar uma garantia. Além disso, tem um programa de reuniões técnicas com as instituições financeiras para análise conjunta dos procedimentos.

Para os outros riscos inerentes, o Conselho de Administração está a realizar, de maneira periódica, eventos para reforçar os valores institucionais com todo o seu staff.

O Conselho de Administração está a considerar o risco como baixo porque ainda tem um baixo nível de acionamento de garantias, embora, em relação às garantias concedidas ao abrigo do protocolo de ecossistema e que foram transitadas para a ProGarante haja sinais de ausência de alguns documentos comprovativos para verificar as condições de elegibilidade estabelecidas nos contratos correspondentes.

IV - Gestão Financeira

Em termos económicos e financeiros, a evolução da ProGarante no ano 2022 foi positiva e robusta, o que pode se verificar porque o seu balanço aumentou 47% face o ano anterior, desde 1.629 milhões até 2.396 milhões.

O crescimento explica-se principalmente pelos fundos mobilizados pelo projeto do banco mundial e entregues pelo Ministério das Finanças, para completar e aumentar o capital da ProGarante por 584 milhões de ECV e pelos resultados obtidos, 50 milhões.

Além disso, de ressaltar que o lucro antes de impostos do ano 2022 atingiu 50,1 milhões, superior em 31% face ao ano anterior, que significa um ROL de 1,04% e um resultado acumulado do primeiro ciclo de 109 milhões. De notar que todos os resultados até o ano 2021 foram aplicados como reserva legal e a proposta para o ano 2022 será similar.

A estrutura financeira apresenta uma elevada liquidez, pois a soma dos saldos com bancos e dos ativos financeiros (constituídos exclusivamente por depósitos a prazo em bancos locais e obrigações do tesouro, portanto, altamente líquidos) ascende a 1.569 milhões de ECV, ou seja, próximo 95% do seu capital.

As provisões, 19,8 milhões de ECV, que correspondem à perda final da ProGarante sobre as garantias concedidas, são baixas em relação ao risco vivo e à PI, porque 69,5% dos saldos pendentes da cobertura concedida são contragarantidas pelo Estado. Na prática, isto significa que o capital da ProGarante é muito superior aos seus saldos de cobertura concedidos ao sistema financeiro cabo-verdiano: 80,7 vezes.

¹⁰ Apenas 9 garantias acionadas, das quais 7 já foram pagas, 1 está à espera de documentos legais para realizar o pagamento e outra ficou suspensa porque a instituição financeira informou que a operação acionada estava em processo de regularização

¹¹ ROL, return of liability, porque as receitas são geradas pelos passivos contingentes

O acima exposto demonstra que a ProGarante está a cumprir os mais elevados padrões nacionais e internacionais em termos de solvência e liquidez para honrar as coberturas concedidas, ou seja, demonstra claramente a preocupação da ProGarante em manter condições ótimas para honrar os seus compromissos, estruturando e gerindo os seus riscos com grande prudência, o que se reflete, em última análise, nas demonstrações financeiras. Por outras palavras, as garantias da ProGarante podem ser definidas como garantias de **"Classe Mundial"**.

Quanto à sua eficiência financeira, as demonstrações de resultados mostram que os custos operacionais praticamente foram os mesmos relativamente ao ano 2021.

Vale a pena novamente evidenciar o sucesso da ProGarante ao atingir no rácio receitas operacionais totais sobre custos operacionais totais,¹² 1,57, ou seja, a ProGarante atingiu um valor maior sobre o seu ponto de equilíbrio operacional, o que lhe permite utilizar o seu capital apenas para custos de risco.¹³

Assim, o Conselho de Administração pode afirmar que os resultados financeiros obtidos em 2022 são satisfatórios e que foi alcançada uma estrutura económica com elevados graus de solvência e liquidez, o que permite oferecer ao mercado uma garantia da mais alta qualidade.

2. GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

A PG define como fulcral o envolvimento dos tópicos ambientais e sociais na sua gestão integral de riscos. Tem implementados mecanismos mitigadores de risco social e ambiental alinhados com as normas elaboradas pelo projeto conjunto entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial, gerido pela UGPE. Especificamente, tem estabelecidas atividades inelegíveis coerentes com o referido projeto, onde juntamente com os Stakeholders (Banco Mundial e UGPE) trabalhou com as IF's, para que este tópico seja considerado na análise dos créditos onde é solicitado uma garantia da PG.

Além disso, a PG juntamente com o Banco Mundial e a Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) implementou a declaração socioambiental, que deve de ser preenchida e assinada pela empresa, como condição de elegibilidade para emitir as suas garantias. E nos casos das solicitações de garantia no âmbito do modelo individual, esta declaração deve ser submetida, uma vez que é um documento comprovativo de elegibilidade.

3. GESTÃO DE TALENTOS

A PróGarante reconhece a importância estratégica do talento e tomar decisões de planeamento e de estratégia da organização com base em sua capacidade de atrair e gerir de talentos. Assim, tem como objetivo comportar-se de acordo com isso quando se trata de desenvolver estratégias de negócios, conceções organizacionais ou qualquer outra prática.

Especificamente, a sociedade pretende inserir um conjunto de práticas para atrair, treinar e fazer a retenção dos profissionais qualificados. Por outras palavras, desenvolver e valorizar os seus colaboradores, obtendo assim vantagens competitivas no mercado sob os seguintes princípios:

- Atração e recrutamento;
- Aprendizagem e desenvolvimento;
- Valores e visão organizacional;
- Plano de carreira;
- Gestão por competência.

¹² Especialmente que o cálculo deste indicador tem em conta o custo da assistência técnica do Banco Mundial, mas não as receitas correspondentes ao projeto.

¹³ Um dos objetivos estratégicos propostos pela ProGarante,

Concretamente, para superar os desafios de montar e arrancar com as práticas ao abrigo do conceito de gestão de talentos, com vista trazer essa mudança, a PróGarante entende que deve assumir 5 aspetos essenciais:

- Estar atento às mudanças do mundo corporativo.
- Focar-se nas competências necessárias
- Desenvolver uma combinação correta de estratégia talento/negocio
- Fazer da gestão de talentos uma variável que estimula o envolvimento com a estratégia
- Colocar a formação corporativa como centro da gestão de talentos

4- APRENDIZADOS/OPORTUNIDADES DE MELHORIA, PRINCIPAIS DESAFIOS E PROJEÇÕES FUTURAS

O ano 2023 vai continuar a ser um ano de incertezas. Com efeito, não obstante a crise sanitária estar bem administrada, haver bons sinais de retoma do turismo e não haver sinais de instabilidade no sistema financeiro, é hoje possível observar alguns outros eventos que podem afetar, sobremaneira, o País.

Primeiro, a manutenção da crise geopolítica entre Ucrânia e Rússia, que envolve a Europa e os EUA, que ainda vai ter repercussões na inflação, ao longo de 2023, ao nível da maioria dos países do mundo. E finalmente, os déficits fiscais decorrentes dos programas sanitários e económicos para defrontar a crise COVID-19.

Todos os fatores assinalados acima podem afetar negativamente e limitar a gama de ferramentas que o Governo de Cabo Verde pode utilizar para a retoma da economia e, por conseguinte, pode afetar o desenvolvimento do setor privado com consequências sobre o risco de crédito.

Especificamente, para a ProGarante as incertezas vão estar refletidas no nível de incumprimentos, ou seja, sobre os custos por riscos que poderiam ser maiores que o apetite ao risco da ProGarante.

Assim, não sendo possível vislumbrar ainda os efeitos e os impactos reais nas empresas em 2023, a ProGarante tem de continuar a operar nesse ambiente de incerteza económica, com critérios prudenciais elevados relativos à sua alavancagem e liquidez.

Por conseguinte, o plano de negócio para o ano 2023 da ProGarante, coerentemente, se mantém alinhado às estratégias do Estado para continuar a enfrentar o pós-crise, sem descurar dos seus objetivos de consolidação, e a ProGarante deve manter-se sempre alinhada com os desafios de desenvolvimento de longo prazo de Cabo Verde.

Especificamente, a ProGarante, irá manter-se focada no programa de Retoma e nos programas inclusivos, como FME e Lavanta, ou ligados ao start up, que contem com contragarantias soberanas ou de outro tipo.

Por outro lado, numa perspetiva interna, e não obstante a ProGarante ser uma instituição muito nova (que começou a emitir garantias apenas em junho de 2020), já existem um conjunto de lições e aprendizados gerados, considerados oportunidades de melhoria, entre os quais é possível ressaltar:

a) Aumento dos seus padrões de gestão de riscos operacionais. Atualmente, a maioria dos processos da ProGarante tem baixos níveis de automatização, e independente de não serem registadas perdas derivadas de enganos ou fraudes, e de não ser afetada a sua continuidade operacional por qualquer evento, o conselho de administração está ciente que neste ponto existe uma oportunidade de melhoria importante. O projeto de automatização da ProGarante, que começou em junho de 2022, vai digitalizar a maior parte dos seus processos de gestão operacionais e de riscos, e desempenhar um papel essencial.

Uma vez automatizadas as funções da ProGarante, vai ser necessário rever e ajustar o atual modelo e controlo interno e/ou atual modelo de estrutura orgânica, visando avaliar necessidades de maior recurso e/ou pessoal, bem como a criação de alguma função de controlo específica (interna ou externa).

Por outro lado, as lições operacionais, produto do trabalho com os nossos parceiros, indicam que existem oportunidades de melhoria nos atuais procedimentos, que precisam de ser atualizados ou ajustados.

Relativo à gestão de riscos de garantias, a análise dos mitigadores estruturados¹⁴ mostra que ainda são apropriados. Independente do anterior, existe uma oportunidade para avançar com a incorporação de tratamentos mais avançados de análise do risco para eventualmente ajustar o atual modelo de classificação interna e gerar modelos de prognósticos mais eficientes.

b) A gestão de recursos humanos também apresenta oportunidades de melhoria, independentemente do plano original tem sido suspensos por motivos de força maior. Neste sentido, formalizar as políticas (e procedimentos) de desenvolvimento de pessoal, desde uma perspetiva de gestão de talentos e felicidade, apresenta-se como um interessante desafio e oportunidade.

c) Considerando o sucesso da ProGarante no alcance do seu objetivo estratégico “sustentabilidade operacional”, vislumbra-se a necessidade de reservar o seu capital exclusivamente para os custos por risco, devido à instabilidade económica interna e externa prevista que pode ter consequências significativas sobre os riscos de garantia. É essencial a proteção do seu capital por meio de modelos de cobertura do risco de garantia e/ou transferência de riscos. A ProGarante já ensaiou modelos de cobertura e/ou transferência, com sucesso, existe então uma oportunidade de melhoria a aprofundar com novos atores, nacionais e/ou internacionais, públicos e privados, relativamente a estes modelos experimentados.

Então, o objetivo geral da ProGarante para o ano 2023 será:

“Ser uma ferramenta de apoio às empresas face ao pós-crise, alinhada com as ações do Governo de Cabo Verde, e prosseguir com a consolidação de seu modelo de negócios”

Assim, o seu plano de atividade comercial vai estar focada no plano de Retoma elaborado pelo Governo e Cabo Verde estimulando as linhas de “Agrobusiness”, Pesca industrial e “Start up”, estimulando as suas colocações nas ilhas Brava, São Nicolau e Fogo.

Planeia, de igual modo, implementar outras experiências de contragarantias similares às realizadas com as Nações Unidas, visando maior alavancagem com uma apropriada proteção do seu capital, objetivo estratégico para a sustentabilidade financeira a longo prazo.

¹⁴ Ver capítulo 2.1, seção risco de garantias

Planeia, também, levar a cabo ações de consolidação do seu modelo de governação e do seu staff (outra variável chave para a sustentabilidade). A consolidação dos governos e do staff é considerado um objetivo essencial e vai ser assumido desde uma perspectiva de gestão de talentos.

Por fim, a ProGarante planeia continuar o processo de consolidação institucional, de seu modelo de negócio e iniciar o análise de viabilidade de outros novos produtos que o mercado possa procurar.

Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Mesa da Assembleia da ProGarante, ao abrigo do disposto pela deliberação realizada no dia 7 de janeiro de 2020, de acordo com a vontade expressa do acionista Estado, devidamente representado pelo Sr. Vice-Ministro das Finanças, Olavo Correia, nos termos dispostos do n 1 do artigo 13 da lei n 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, alterado pela lei pela lei n 58/IX/2019, de 29 de junho, auferiram em remunerações, ao longo de ano 2022, a quantia de 2.0992.898.

Honorários do Auditor Certificado

Os honorários do auditor externo da ProGarante ascenderam a 828 000 CVE.

Descrição das operações com partes relacionadas

A sociedade no 2022 não apresenta nenhuma operação com partes relacionadas.

Proposta Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício seja capitalizado, após de fazer a reserva legal correspondente.

Demonstrações Financeiras

No anexo 1 apresenta-se as demonstrações financeiras da PRÓGARANTE

Membros do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral



PROGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

PROGARANTE
SOCIEDADE DE GARANTIA, SA

Relatório de Auditoria Externa



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A. (a Empresa), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente

distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



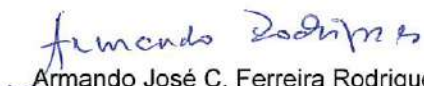
d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

23 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
– Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

ANEXO 1



FICHA TÉCNICA

Identificação:

Relatório e contas da PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, S.A, para o ano económico de 2022.

Objetivo:

O presente relatório apresenta as contas da PRÓGARANTE S.A para o ano económico de 2022. Através das demonstrações financeiras da instituição o documento proporciona informação acerca da posição financeira e do desempenho das atividades realizadas, visando suportar de forma ajustada a tomada de decisão dos órgãos de gestão e ainda fornecer, às entidades responsáveis pela sua monitorização e fiscalização, dentre os quais citam-se o Banco de Cabo Verde, elementos conclusivos para a avaliação e averiguação da regularidade das atividades realizadas pela instituição.

Metodologia:

Para a elaboração das contas anuais da PRÓGARANTE S.A realizou-se a análise de dados primários gerados pela própria instituição, os quais tiveram sua recolha contínua ao longo do ano e seu devido arquivo em formato físico e digital nas bases de dados mantidas por este organismo. O tratamento dos dados analisados fez recurso ao *software* informático contabilístico PRIMAVERA V10. A interpretação dos dados avaliados fez observação às principais demonstrações financeiras de relatocontabilístico, nos quais incluem-se, entre outros:

- Demonstração da Posição Financeira (DPF)
- Demonstração dos resultados (DR)
- Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração de alteração no Capital Próprio (DACP)

Antónia Maria Resende Cardoso

Presidente do conselho de Administração – PRÓGARANTE - Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A

Índice

FICHA TÉCNICA	1
Identificação:	1
Objetivo:	1
Metodologia:	1
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2
..... Erro! Marcador não definido.	
Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
a) Referencial contabilístico.....	7
b) Classificação dos ativos e passivos não correntes	Erro! Marcador não definido.
c) Passivos financeiros.....	10
d) Eventos subsequentes	10
e) Derrogação das disposições do SNCRF	Erro! Marcador não definido.
NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas	10
1.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras	10
1.2. Instrumentos financeiros.....	11
1.3. Outros ativos fixos tangíveis	12
1.4. Outros Ativos intangíveis	13
1.5. Imparidade de ativos	14
1.6. Caixa e disponibilidades	15
1.7. Impostos sobre lucros.....	15
1.8. Provisões.....	16
1.9. Benefícios dos Empregados	16
1.10. Gestão de riscos.....	17
1.11. Estimativas e julgamentos	20
1.12. Fluxos de Caixa.....	Erro! Marcador não definido.
NOTA 2 – Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	20
NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras	21
NOTA 4 – Devedores e outras aplicações	22
NOTA 5 – Outros ativos tangíveis e intangíveis	23

NOTA 6 – Ativos com acordo de recompra.....	23
NOTA 7 – Ativos financeiros detidos para negociação.....	23
NOTA 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado.....	24
NOTA 9 – Ativo por imposto sobre o rendimento/ Ativo por imposto corrente e passivo por imposto corrente.....	25
NOTA 10 – Rendimentos a receber.....	26
NOTA 11 – Credores e outros recursos.....	27
NOTA 12 – Provisões.....	28
NOTA 13 – Outros Passivos.....	30
NOTA 14 – Capital.....	30
NOTA 15 – Juros e rendimentos Similares.....	31
NOTA 16 – Outras comissões recebidas.....	32
NOTA 17 – Outros rendimentos e receitas operacionais.....	32
NOTA 18 – Gastos gerais administrativos.....	33
NOTA 19 – Gastos com pessoal.....	34
NOTA 20 – Resultado por ação básico.....	35
NOTA 25 – Partes relacionadas.....	35
NOTA 26 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no Balanço.....	35
NOTA 27 – Divulgações exigidas por diplomas legais.....	36
NOTA 28 – Eventos subsequentes.....	36

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

BL	Balanço
DRN	Demonstração de Resultados por Natureza
CVE	Escudos cabo-verdianos
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro
NIRF	Normas Internacionais de Relato financeiro
IAS	International Accounting Standard (Normas Internacionais de Contabilidade)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Arcia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934382

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Data de referência		
		31-12-2022 Valores	31-12-2021 Apresentado	31-12-2021 Reexpresso
ATIVO				
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	756.537	297.410	1.045.679
Aplicações em instituições financeiras	3	851.953	480.000	480.000
Devedores e outras aplicações	4	-	19.283	19.283
Outros activos tangíveis	5	7.663	3.431	3.431
Outros activos intangíveis		371	371	371
Ativos com acordo de recompra	6	-	748.269	-
Ativos financeiros detidos para negociação	7	-	42.292	42.292
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	740.000	-	740.000
Ativos por imposto sobre o rendimento	9	-	3.275	-
Ativos por imposto corrente	9	-	1.819	-
Rendimentos a receber	10	-	24.534	16.075
Despesas com encargo diferido		-	68	68
Outros ativos	11	40.209	8.871	8.871
Total dos ativos		2.396.734	1.629.623	2.356.070
PASSIVO				
Passivos por impostos correntes	9	2.774	3.599	3.599
Credores e outros recursos	12	-	570.476	1.302.017
Provisões	13	19.198	9.247	9.247
Receitas com rendimento diferido		-	340	340
Outros passivos	14	715.269	966	966
Total de Passivo		737.241	684.628	1.316.169
CAPITAL				
Capital	15	1.550.000	966.414	966.414
Reserva legal e resultados transitados		39.104	15.478	15.478
Outros instrumentos de capital		28.441	28.441	28.441
Resultado do exercício	21	41.947	34.663	29.568
Total de Capital		1.659.492	1.044.996	1.039.901
Total de passivo + capital próprio		2.396.734	1.629.623	2.356.070

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Arela - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Juros e rendimentos similares	16	46.210	36.328	36.328
Juros e encargos similares		(2.861)	(1.431)	(1.431)
Margem Financeira		43.349	34.898	34.898
Outras comissões recebidas	17	22.212	29.228	29.228
Outros rendimentos e receitas operacionais	18	35.097	27.165	27.165
Outros encargos e gastos operacionais		(1.042)	-	-
Outros resultados de exploração	20	5.940	-	-
Produto Bancário		105.555	91.290	91.290
Gastos gerais administrativos	19	(34.612)	(36.209)	(36.209)
Gastos com pessoal	20	(9.611)	(8.175)	(8.175)
Outros gastos		(5)	(2)	(2)
Gastos/Reversões de depreciação e Amortizações	5	(1.303)	(997)	(997)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações	13	(9.951)	(8.090)	(8.090)
Reversões de Provisões líquidas de Reposição e Anulações		-	444	444
Resultado antes de Impostos		50.073	38.261	38.261
Imposto sobre o rendimento do período	9	(8.125)	(3.589)	(8.693)
Resultado Líquido	21	41.947	34.663	29.568

O Contabilista certificado
Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC
Cédula Profissional nº 6483
NIF: 303457927

O Conselho de Administração,
Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanchez Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
 Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Árvia - Praia - Cabo Verde
 NIF: 380934302

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Resultado Líquido do exercício:	21	41.947	34.663	29.568
Reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:		-	-	-
Rendimento Integral:		41.947	34.663	29.568

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Usboas



Inscrito na OPAAC

Cédula Profissional nº 6483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,
 Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Sámir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A.
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Água - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	PERÍODO		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		11.986	20.900	20.900
Pagamentos a fornecedores		(6.262)	(5.175)	(5.175)
Pagamentos ao pessoal		(9.756)	(2.356)	(2.356)
Caixa gerada pelas operações		(4.031)	13.369	13.369
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.950)	(6.403)	(6.403)
Outros recebimentos/pagamentos		21.710	304.747	304.747
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.728	311.712	311.712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Outros Ativos tangíveis		(5.537)	(28)	(28)
Investimento financeiro		(342.301)	(510.000)	(510.000)
Recebimentos provenientes de:				
Investimento financeiro		48.861	330.389	1.078.658
Juros e rendimentos similares		1.107	14.611	14.611
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(297.871)	(165.028)	583.242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Recursos de outras instituições financeiras		-	380.971	380.971
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares		-	(3.555)	(3.555)
Outras operações de financiamento		-	(250.000)	(250.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	127.416	127.416
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(289.142)	274.100	1.022.370
Caixa e seus equivalentes no início do período - Reexpresso		1.045.679	23.308	23.308
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	756.537	297.410	1.045.679

O Contabilista certificado
Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPAAC
Cédula Profissional nº 0483
NIF: 109457927

O Conselho de Administração,
Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanchez Cabral

PRÓGRAPANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A.
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Ária - Praia - Cabo Verde
NIF: 380834302

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reserva legal e resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	1	966.414	-	15.478	-	981.892
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	29.568	29.568
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	28.441	-	-	28.441
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	28.441	-	29.568	58.009
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-
Aplicação dos Resultados do período anterior		-	-	-	-	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2021 REEXPRRESSO	4	-	-	-	-	-
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	1	966.414	28.441	15.478	29.568	1.039.901
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	41.947	41.947
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	41.947	41.947
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aumento de Capital		583.586	-	(5.942)	-	577.644
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		583.586	-	(5.942)	-	577.644
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	(29.568)	-
Aplicação dos Resultados do período anterior		-	-	29.568	(29.568)	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2022	4	1.550.000	28.441	39.104	41.947	1.659.492

O Contabilista certificado
Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC
Cédula Profissional nº 0493
NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Saneles Cabral

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nota introdutória

A PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A (doravante designada por PRÓGARANTE ou Sociedade) é uma sociedade anónima, constituída em 15 de junho de 2018, sendo o início de atividade em maio de 2019.

A PRÓGARANTE tem por objeto prestar garantias a instituições financeiras, conceder garantias de carteiras de linhas de créditos especiais, prestar contragarantias a operações de outras instituições financeiras, administrar em nome de terceiros fundos de garantias que visam a melhoria do acesso ao financiamento e apoiar o alargamento da oferta e disseminação de outros instrumentos financeiros.

A PRÓGARANTE tem como finalidade geral facilitar o acesso ao financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) Cabo-verdianas, através da concessão de garantias de maneira a promover a expansão deste setor empresarial e, assim, impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

A PRÓGARANTE tem sede na cidade da Praia, sita em Chã d'Areia, República de Cabo Verde.

Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), em vigor a 1 de janeiro de 2022, nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as

estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 1.14.

Comparabilidade da informação apresentada

No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à análise (i) dos registos contabilísticos efetuados em anos anteriores relacionados com o contrato de REPO (contrato de venda com acordo de recompra dos Títulos de Tesouro), (ii) do registo do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) do exercício de 2021 e (iii) dos movimentos evidenciados na Demonstração de alterações do capital próprio, tendo efetuado diversas regularizações. Em função deste facto, a Sociedade reexpressou os comparativos de 2021, como segue:

	mESC		
	31-12-2021 Apresentado	31-12-2021 Reexpresso	Diferença
Balanço			
Ativo:			
Disponibilidade em outras instituições de crédito (ver Nota 2)	297.410	1.045.679	(748.269)
Ativos com acordo de recompra (ver Nota 6)	748.269	-	748.269
Ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 8)	-	740.000	(740.000)
Ativos por imposto sobre o rendimento (ver Nota 9)	3.275	-	3.275
Ativo por imposto corrente (ver Nota 9)	1.819	-	1.819
Rendimentos a receber (ver Nota 10)	24.534	16.075	8.459
Passivo:			
Credores e outros recursos (ver Nota 12)	570.476	1.302.017	(731.541)
Capital próprio:			
Resultado do exercício (ver Nota 21)	34.663	29.568	5.094
Demonstração dos resultados por naturezas			
Imposto sobre o rendimento do período (ver Nota 9)	(3.599)	(8.693)	5.094
Demonstração de fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (ver Nota 2)	(165.028)	583.242	(748.269)
Demonstração de alterações no capital próprio			
Capital realizado	-	28.441	(28.441)
Outros instrumentos de capital	994.855	966.414	28.441

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 18 de maio de 2023.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, exceto para a adoção de novas normas aplicáveis em ou após 1 de janeiro de 2022:

1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022

• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022
• IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis
• IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso
• IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais
• Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da PRÓGARANTE.

2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023

• IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.

- IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação

Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

c) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras

As Demonstrações Financeiras da PRÓGARANTE são apresentadas em milhares de Escudos (mESC) sendo esta moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeiras são convertidos em Escudos de Cabo Verde (CVE) ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações em moeda estrangeira, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio “fixing” do dia, na demonstração dos resultados na rubrica “Resultado de reavaliação cambial” se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais” para todos os outros saldos/transações.

1.2. Instrumentos financeiros

A classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias com diferentes critérios de mensuração (custo amortizado, justo valor através dos resultados e justo valor através do outro rendimento integral).

Os instrumentos financeiros da PRÓGARANTE são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio "detido para cobrar", ou seja, o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da cobrança dos respetivos fluxos de caixa contratuais, sendo que estes apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que inclui valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida e obrigações de tesouros que foram adquiridos pela PRÓGARANTE, essencialmente, para detenção à maturidade.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, pela aplicação do método da taxa de juro efetiva, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Alterações na avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial. No entanto, caso ocorra uma alteração no modelo de negócios de gestão de determinados ativos, a PRÓGARANTE classificará os novos ativos gerados ou adquiridos de acordo com o novo modelo de negócios, mas manterá a classificação dos ativos existentes à data da alteração de acordo com o modelo de negócios anterior.

Reconhecimento e desreconhecimento

As aquisições de ativos financeiros são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando a) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, b) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou c) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os ativos.

11


Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

1.3. Outros ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a sua colocação em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As beneficiações construídas em propriedade de terceiros são capitalizadas enquanto ativos fixos tangíveis, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil, e o período de tempo expectável de ocupação destas propriedades pela empresa.

A empresa estima o valor residual dos ativos fixos tangíveis em zero, uma vez que a expectativa da Gestão é utilizar os ativos pela totalidade da sua vida económica.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o

valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada do bem, como segue:

	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	33-60
Equipamento:	
Mobiliário e Material de Escritório	8
Máquinas e ferramentas	6-5
Equipamento informático	3-5
Instalações interiores	5-8
Material de transporte	7
Equipamento de segurança	5-10
Outros equipamentos	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

1.4. Outros Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das atividades da PRÓGARANTE.

Os outros ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende (i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.

1.5. Imparidade de ativos

A imparidade dos ativos financeiros é calculada segundo o modelo das “perdas de crédito esperadas”, e é aplicada aos instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado.

O modelo geral das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de uma abordagem em três etapas (“stage”) para o apuramento da imparidade. Esta abordagem pode ser resumida do seguinte modo:

- Stage 1: os ativos financeiros são classificados em stage 1 sempre que se estime que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros, é realizado um apuramento da perda de crédito esperada e são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos activos (“lifetime”);
- Stage 3: os ativos classificados neste stage apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito será reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expectável dos ativos financeiros.

A aplicação do modelo de imparidade depende da ocorrência ou não de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, é reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

A Sociedade considera que existe um aumento significativo no risco de crédito se o cliente cessar o contrato de fornecimento (por mudança de comercializador) ou se existir evidência objetiva que um ativo financeiro está em imparidade, incluindo os dados observáveis que evidenciam eventos de perda, entre outros: dificuldade financeira significativa do devedor, reestruturação de um valor em dívida à empresa.

Uma vez verificado o evento de perda de crédito, a imparidade acumulada é diretamente

imputada aos saldos em causa. O valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração dos resultados, se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

1.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, disponibilidades, e depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco mínimo de variação de justo valor e com maturidades até três meses.

1.7. Impostos sobre lucros

A PRÓGARANTE está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22% e taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2018 a 2022 podem vir a ser corrigidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de relato, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte

de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente da melhor estimativa da Gestão, quanto aos gastos estimados que são necessários para liquidar a obrigação presente, por referência à data de relato. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente é uma taxa antes de impostos que reflete as atuais avaliações de mercado do valor temporal do dinheiro, bem como dos riscos inerentes a passivo. O aumento do valor da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido em juros e encargos similares.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.9. Rédito – Serviços e comissões

Existem três tipos de receita gerada pela PRÓGARANTE: (i) receita gerada por investimentos financeiros, (ii) a receita gerada por suas operações de garantia (comissões de garantia) e (iii) as outras receitas (especificamente o subsídio do projeto do BM).

As comissões, base 100% de cobertura, que a PRÓGARANTE cobrará pelas garantias de crédito emitidas serão de:

- 1% para as garantias DGT;
- 0,5% para as garantias COVID-19 e Fomento ao Mico Empreendedorismo;
- 2% para as outras garantias (protocolos bilaterais).

A comissão será proporcional à cobertura concedida. Esta comissão será cobrada na cabeça semestralmente para as garantias COVID 19, FME e outras garantias e posticipadamente para as garantias DGT.

1.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

1.11. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

1.12. Gestão de riscos

A PRÓGARANTE entende a sua gestão de riscos como um conceito sistémico e um processo estratégico, que deve ser assumido e realizado por toda a empresa, onde deve identificar, medir e estabelecer mitigadores, processos de monitorização, processos de controlo e processos de avaliação periódica, dos riscos inerentes associados à atividade da empresa, a fim de verificar se os riscos reais estão alinhados com o apetite de risco definido pela empresa.

O Conselho de Administração, consciente de que é uma instituição financeira regulamentada e que os seus produtos de garantia devem ser considerados como mitigantes de risco, de acordo com Basileia, definiu o seu modelo abrangente de gestão de risco de acordo com a dimensão e as suas características-chave do seu negócio e produtos e conforme os seus recursos disponíveis, baseado nos tipos de risco, geralmente definidos pelos padrões internacionais para os esquemas de garantia, a seguir:

a) Risco de mercado

A PRÓGARANTE está a definir ou a conceptualizar o risco de mercado como a perda potencial decorrente de alterações nos fatores de risco que afetam a avaliação das posições do ativo, passivo ou passivo contingente, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações, índices de preços, entre outros.

Para o caso dos ativos financeiros, a PRÓGARANTE definiu como política realizar investimentos apenas em renda fixa. Atualmente, os investimentos estão em depósitos a prazo e em obrigações do tesouro. Ou seja, o risco da PRÓGARANTE é praticamente

o risco soberano.

O passivo financeiro da PRÓGARANTE relaciona-se, essencialmente, com o compromisso de recompra dos títulos de Tesouro objeto de contrato REPO, encontrado-se expresso em escudos cabo-verdianos.

Por fim, os seus passivos contingentes pelas coberturas sobre o capital dos créditos garantidos produto das suas garantias emitidas (COVID-19, FME, Ecossistema e Protocolos Bilaterais) são em escudos cabo-verdianos, pelo que a PRÓGARANTE não está exposta a risco de câmbio.

Assim, é o parecer do Conselho de Administração da PRÓGARANTE, que o risco de mercado pode ser definido como baixo e de acordo as políticas definidas.

b) Risco de Garantias

A PRÓGARANTE está a definir o risco de garantias, como a possibilidade de perda produto do incumprimento de créditos garantidos. Concretamente, pelo incumprimento de obrigações contratuais das empresas garantidas com as instituições financeiras.

Para uma apropriada gestão do risco de garantia, e conforme aos padrões das boas práticas e regras do Banco do Cabo Verde, o Conselho da Administração deliberou que o apetite por risco tem de ser superior ao risco do sistema financeiro, para apoiar o acesso ao financiamento. O apetite por risco, fica definido no plano de negócio e no plano de atividades e orçamento anual.

Como a PRÓGARANTE adotou o modelo de carteira, o seu modelo de gestão de riscos definiu, como principais mitigadores nas suas políticas:

- Acompanhamento perto da carteira Garantida. Para o qual utiliza modelos internos de classificação dos créditos garantidos, baseados em Basileia II;
- Ferramentas de *stop loss* com as instituições financeiras, baseados em probabilidades de incumprimento calculadas pelos modelos de classificação internos. Atualmente, a política indica que devem de ser aplicadas limitações à emissão de novas garantias, às instituições financeiras com probabilidade de incumprimento maior 20%.
- Modelos de transferência de riscos, estruturados como contragarantias. Atualmente, toda a carteira dos créditos garantidos para apoio a empresa, ao abrigo dos protocolos COVID-19, FME e Transferência das Garantias concedidas sob protocolo de ecossistema, tem formalmente constituídas contragarantias de estado. Além disso, a PRÓGARANTE tem uma contragarantia líquida, constituída pelas Nações Unidas, para programa Lavanta.

A maior parte da carteira garantida pela PRÓGARANTE tem contragarantias de estado, que significa que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano, assim, conforme as regras prudenciais, tem associado valor de recuperação igual a 1 e, conforme Basileia II, perda esperada igual a zero.

c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)

Para a PRÓGARANTE o risco tecnológico e legal corresponde a possibilidade de incorrer em perdas, produto das falhas nos processos e/ou pelas omissões, enganos ou falhas na realização das atividades administrativas e operacionais por as ações tomadas pelo pessoal e/ou pelas deficiências nos sistemas informáticos e tecnológicos e/ou pelas deficiências dos contratos realizados ou atos acometidos que eventualmente signifiquem processos judiciais desfavoráveis e/ou, pelos eventuais acontecimentos inesperados relacionados com a infraestrutura operativa externa.

d) Risco de liquidez

A PRÓGARANTE definiu, conforme os padrões e regras nacionais e internacionais, como risco de liquidez à possibilidade de ter perdas pela ausência dos recursos para cumprir com as suas obrigações assumidas. Em concreto, o risco de perda por o descalce das posições ativas e passivas ou pela ausência de cash ou capacidade para transformar um ativo em cash conforme aos requerimentos dos passivos.

O principal passivo da PRÓGARANTE e o seu passivo contingente ou carteira garantida e, a empresa deve estar preparada para responder atempadamente – conforme ao estabelecido nos contratos com as instituições financeiras – quando uma garantia emitida para uma operação elegível é acionada.

e) Risco de Reputação

A PRÓGARANTE definiu como o seu risco técnico à hipótese de perda produto, da perda de imagens da entidade devido ao incumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de governança, códigos de conduta e atrasos e incumprimentos dos compromissos assumidos, entre outros.

Um dos maiores riscos inerentes ao risco reputacional, é que as instituições financeiras podem sentir que não está a funcionar o principal compromisso da PróGarante, pagar as garantias acionadas. Mas temos de ter em conta que o compromisso no contrato com as instituições financeiras é:

“Pagar as garantias acionadas sem mais delongar e de acordo ao estabelecido nos contratos, quando a operação de crédito envolvida é elegível”

O que significa necessariamente um exame de elegibilidade, ou de outra forma, que as instituições são as responsáveis de procurar e manter os documentos comprovativos para comprovar a elegibilidade e a PróGarante é a responsável por verificar a absoluta veracidade e formalidade desses documentos.

A PróGarante tem como os seus principais mitigadores um manual de operações e fichas técnicas onde se definem as condições de elegibilidade, os documentos necessários (com as suas formalidades) e o procedimento para acionar uma garantia. Além disso, tem um programa de reuniões técnicas com as instituições financeiras para análise conjunto dos procedimentos.

1.13. Especialização de exercícios

A PRÓGARANTE regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício ou dos acréscimos, segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, ou seja, quando obtidos ou incorridos e distribuídos por período mensais, segundo a regra “pro rata temporis”, quando se trata de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

1.14. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da PRÓGARANTE referem-se, essencialmente, à determinação das provisões (ver Nota 13).

NOTA 2 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

	mESC		
	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
International Investment Bank (IIB)	748 963	1 301	749 571
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	6 654	28 502	28 502
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	585	255 105	255 105
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	115	159	159
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	96	11 016	11 016
Ecobank	81	1 089	1 089
Banco Interatlântico (BI)	44	237	237
	756 537	297 410	1 045 679

Os depósitos à ordem no IIB compreendem o montante de (i) mESC 8.269 relativos a juros de depósitos a prazo (ver Nota 3) e (ii) mESC 740.000 recebidos no âmbito do contrato REPO (contrato de venda com acordo de recompra dos Títulos de Tesouro) assinado entre a PRÓGARANTE e a IIB em 2021 (ver Notas 7 e 13), o qual havia sido apresentado no Balanço na rubrica de Ativos com acordo de recompra. Conforme referido na Nota 0, visando uma melhor classificação contabilística, o saldo foi reclassificado e apresentado no Balanço na rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito e as demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram reexpressas em conformidade (ver Nota 6, 8, 10 e 12).

O referido depósito serve de garantia à operação de recompra dos Títulos de Tesouro por parte da PRÓGARANTE.

A diminuição significativa do saldo à ordem na CECV deve-se à constituição de um

depósito a prazo na ordem dos mESC 254.000 em 2022 (ver Nota 3).

NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2022	2021
<u>Depósitos à prazo</u>		
International Investment Bank (IIB)	320.000	320.000
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	253.861	-
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	160.000	160.000
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	78.440	-
Juros a receber	39.653	-
	851.953	480.000

Os depósitos a prazo acima referidos correspondem aos seguintes investimentos (em mESC):

No.	BANCO	VALOR DA APLICAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	PRAZO	JURO	DATA DO VENCIMENTO
1	BAI	160.000	11-11-2020	1080	3,00%	27-10-2023
1	IIB	160.000	20-04-2021	730	3,00%	20-04-2023
1	IIB	160.000	20-05-2021	730	3,00%	20-05-2023
1	BCN	78.440	01-01-2022	365	1,50%	01-01-2023
1	CECV	253.861	16-06-2022	366	2,50%	16-06-2023
Total		812.301				

Foi efetuada em janeiro de 2022 uma aplicação a prazo no Banco BCN no valor de mESC 78.440, à taxa de 1.5%, com vencimento em 1 de janeiro de 2023.

Em 16 de junho de 2022 a PRÓGARANTE efetuou um depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde, no valor de mESC 253.861, à taxa de 2,5%, com vencimento em 16 de junho de 2023.

Os juros de aplicações em instituições financeiras, os quais haviam sido apresentados no Balanço na rubrica de Rendimentos a receber (ver Nota 10), foram reclassificados em 2022 visando a sua melhor classificação, e apresentam a seguinte composição (mESC):

Juros de aplicações em instituições financeiras

International Investment Bank (IIB)	18.708
Banco Angolano de Investimento (BAI)	10.382
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	9.780
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	783
	39.653

NOTA 4 – Devedores e outras aplicações

Em 2021, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição (mESC):

Devedores e outras aplicações	2021
Unidade de Gestão de Projectos Especiais - UGPE	16.451
Direção Geral do Tesouro	-
Comissão das Garantias por Receber	1.967
Garantias FAMI	514
Outros	352
	19.283

O saldo a receber da Unidade de gestão de projetos especiais (UGPE) resulta dos gastos registados pela PRÓGARANTE e imputados à UGPE, no âmbito do "Access to Finance for MSMEs Project (P163015)" financiado pelo Banco Mundial.

Em 2022, o saldo correspondente foi apresentado na rubrica de Outros ativos do Balanço visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 11).

NOTA 5 – Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021 na rubrica de Outros ativos tangíveis decompõem-se como segue (em mESC):

Outros Ativos Tangíveis	Equipamentos administrativo	Equipamento de transmissão	Equipamentos de transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Total
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021					
Valor de aquisição	1.222	120	2.580	-	3.921
Depreciação acumulada	(159)	(48)	(129)	-	(335)
Valor escriturado	1.063	72	2.451	-	3.586
VARIAÇÕES EM 2021					
Valor liquidado Inicial	1.063	72	2.451	-	3.586
Aquisições	1.311	94	647	63	2.115
Depreciação do exercício	(373)	(46)	(518)	(29)	(966)
Valor líquido	2.001	120	2.580	35	4.735
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
Valor de aquisição	2.001	120	2.580	63	4.764
Depreciação acumulada	(561)	(98)	(645)	(29)	(1.332)
Valor escriturado	1.440	21	1.935	35	3.431
VARIAÇÕES EM 2022					
Valor liquidado Inicial	1.440	21	1.935	35	3.431
Aquisições	1.447	121	3.950	-	5.517
Depreciação do exercício	(620)	(21)	(648)	3	(1.286)
Valor líquido	2.267	121	5.237	37	7.663
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022					
Valor de aquisição	3.448	240	6.530	63	10.281
Depreciação acumulada	(1.180)	(119)	(1.293)	(26)	(2.618)
Valor escriturado	2.267	121	5.237	37	7.663

As adições em 2022 compreendem em (i) Equipamento de transporte, a aquisição de uma viatura ligeira de passageiros e (ii) Equipamentos administrativos, a aquisição de mobiliários de escritório.

NOTA 6 – Ativos com acordo de recompra

Em 2021, o saldo compreendia a aplicação dos Títulos REPO no montante de mESC 740.000, acrescido dos juros das aplicações no IIB no montante de mESC 8.269. Em 2022 o saldo foi objeto de reexpressão (ver Notas 0 e 2).

NOTA 7 – Ativos financeiros detidos para negociação

O saldo em 2021 compreendia, essencialmente, a aplicação em Títulos do Tesouro efetuada no BCN em agosto de 2020 no montante de mESC 38.000 remunerada à taxa de juro de 2,88%, com maturidade de 731 dias e vencimento a 11/08/2022.

NOTA 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado

	mESC	
	2022	2021 Apresentado 2021 Reexpresso
Instrumentos de dívida pública		
Títulos de Tesouro - REPO	740 000	- 740 000
	740 000	- 740 000

Títulos de Tesouro - REPO

A PRÓGARANTE celebrou em junho de 2021 um contrato de venda com acordo de recompra (transmissão de Títulos de Tesouro) com o banco IIB, operação denominada REPO (*Repurchase Agreement*).

No âmbito dos contratos REPO, a Sociedade alienou os Títulos de Tesouro pelo preço de compra, correspondente ao depósito de mESC 740.000 efetuado pelo banco IIB (ver Nota 2), mediante a transferência de tais Títulos ao banco IIB durante a vigência dos referidos contratos.

Na data de recompra, conforme estabelecido nos contratos, o Banco revende os Títulos à PRÓGARANTE pelo preço de recompra (ver Nota 14), o correspondente ao preço de compra descontado do valor dos cupões anuais acrescido de um prémio de 25 pontos base.

De acordo com o disposto no IFRS 9, a PRÓGARANTE reconhece os Títulos de Tesouro no Balanço, tendo em conta que, não obstante os contratos de REPO, a Sociedade continua retendo, substancialmente, todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro. Assim, procedeu a reexpressão das demonstrações financeiras de 2021 em conformidade (ver Notas 0 e 14).

NOTA 9 – Ativos por imposto sobre o rendimento/ Ativos por imposto corrente e Passivos por imposto corrente

	2022	mESC	
		2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Ativos por imposto sobre o rendimento	-	3.275	-
Ativos por imposto corrente	-	1.819	-
	-	5.094	-
Passivo por imposto corrente			
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas - IRPC	2.774	3.599	3.599
	2.774	3.599	3.599

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

O saldo de mESC 2.774 a pagar resulta do encargo corrente do imposto sobre o rendimento no montante de mESC 8.125 evidenciado na demonstração dos resultados líquidos, deduzido do crédito da retenção na fonte no valor de mESC 57 referente aos 20% sobre os juros das aplicações à prazo e os pagamentos fracionados no montante de mESC 5.294, calculados como segue:

Os saldos devedores, em 2021, advêm da apresentação incorreta do imposto na Demonstração de Resultados por naturezas. Os referidos saldos foram objeto de reexpressão em 2022 (ver Nota 0).

Designação	2.022	2.021
RAI	50.073	38.261
Modelo 1B (Acrescimos)	709	442
30% gastos depreciação viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alª a)	194	155
30% gastos combustíveis (art.30º, nº 1, alª a)	48	39
30% gastos conservação e reparação viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alª a)	3	3
30% gastos seguros viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alª a)	28	24
30% gastos com estacionamento viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alª a)	18	12
50% despesas de representação (art.30º, nº 1, alª d)	208	89
Correções Relativas a Períodos Anteriores (art.24º, nº2)	210	120
Modelo 1B (Deduções)	14.664	4
Correções Relativas a Períodos Anteriores (art.24º, nº2)	4.336	4
Majoração com gastos de eletricidade e água	228	0
Majoração com gastos com formações	100	0
Benefícios fiscais- Aumento de capital	10.000	0
1 - Lucro tributável	36.117	38.699
3 - Matéria Colectável	36.117	38.699
4 - Tributações autónomas	208	89
Encargos dedutíveis de despesas de representação	208	89
5 - IRPC Corrente/Estimado (3*22%)	22%	7.946
6 - Retenção de terceiros	-57	-3.275
7- Pagamentos fracionados	-5.294	-1.819
8 -Tributações autónomas (4*10%)	21	9
9 - Imposto de incêndio (5*2%)	2%	159
Total do imposto a pagar (IRPC+ TA+ Imposto Incendio)	2.774	3.599
Taxa efetiva de imposto	15,9%	22,2%

Apurou-se uma poupança em IRPC no valor de mESC 2.318, derivado dos benefícios fiscais relativos a majoração com aumento de capital, gastos com formações e gastos com eletricidade e água.

O saldo de mESC 8.125 (2021: mESC 8.693 reexpresso) evidenciado na rubrica Imposto sobre o rendimento do período da Demonstração dos resultados por naturezas compreende mESC 7.946 referente ao encargo do exercício com o referido imposto (2021: mESC 8.514), acrescido das tributações autónomas e do imposto de incêndio no valor de mESC 21 e mESC 159, respetivamente (2021: mESC 9 e mESC 170, respetivamente).

O saldo do imposto sobre o rendimento apresentado no montante de mESC 3.599 foi reexpresso para mESC 8.693, sendo a diferença de mESC 5.094 registada por contrapartida das rubricas Ativos por impostos sobre o rendimento e ativos por impostos correntes (ver Nota 0). Assim, o resultado líquido apresentado em 2021 encontrava-se sobrevalorizado pelo mesmo montante.

NOTA 10 – Rendimentos a receber

Em 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	mESC	
	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Juros de aplicações em instituições financeiras		
International Investment Bank (IIB)	8.976	8.976
Banco Angolano de Investimento (BAI)	5.582	5.582
Juros de outros créditos e valores a receber		
Títulos de Tesouro - REPO	8.459	-
Títulos de Tesouro	1.517	1.517
	24.534	16.075

Em 2022, o saldo correspondente aos juros de aplicações em instituições financeiras foi apresentado na rubrica de Aplicações em instituições financeiras, visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 11).

Adicionalmente, em 2022, de acordo com o exposto no IFRS 9, os juros referentes aos Títulos de Tesouro objeto do contrato de REPO, no montante de mESC 31.482 (2021: mESC 8.459), foram reclassificados e apresentados no Balanço na rubrica Credores e outros recursos, a deduzir ao preço de recompra dos referidos títulos (ver Nota 14), e as demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram reexpressas em conformidade (ver Nota 0).

NOTA 11 – Outros ativos

	mESC	
	2022	2021
Outros devedores		
Unidade de Gestão de Projectos Especiais - UGPE	12.075	-
Direção Geral do Tesouro	9.673	-
Comissão das Garantias por Receber	3.778	-
Garantias FAMI	700	-
Outros	5.065	-
Outros ativos	8.919	8.871
	40.209	8.871

Em 2021, os saldos de Outros devedores encontravam-se apresentados na rubrica Devedores e outras aplicações (ver Nota 4).

O saldo a receber da UGPE em 31 de dezembro de 2022 compreende a remuneração do pessoal e outros custos com pessoal (mESC 8.838), os honorários dos serviços de consultoria (mESC 3.030) e as rendas do escritório (mESC 207), acumulados à data do balanço.

O saldo de mESC 9.673 a receber da Direção Geral do Tesouro compreende o acionamento das garantias com contragarantias do Estado de Cabo Verde.

NOTA 12 – Credores e outros recursos

Em 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2021
	Apresentado	Reexpresso
Operações de venda com acordo de recompra		
Titulos	-	740 000
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos Similares - Título de Tesouro	-	(8 459)
	-	731 541
Outros credores		
Projeto Banco Mundial	547 803	547 803
Credores por acréscimo de gastos	7 325	7325
BTOC Consulting	202	202
BAI CENTER - Sociedade Unipessoal S.A	876	876
Retenção IRPS e Desconto INPS	39	39
Outros fornecedores	352	352
Remuneração do Pessoal	892	892
Consultoria Banco Mundial	14 771	14 771
	570 476	1 302 017

Operações de venda com acordo de recompra

Conforme referido na Nota 8, em conformidade com o disposto no IFRS 9, a PRÓGARANTE reconhece o compromisso assumido de recomprar os Títulos de Tesouro na maturidade dos contratos de REPO, pelo preço de recompra, o correspondente ao preço de compra descontado do valor dos cupões anuais acrescido de um prémio de 25 pontos base.

Assim, em 31 de dezembro de 2021, o montante de mESC 731.541 compreende o preço de compra no montante de mESC 740.000 depositado no IIB (ver Nota 2), deduzido do valor dos cupões anuais e do prémio especializado até à data do balanço pelo montante total de mESC 8.459.

Em 2022, o saldo correspondente foi apresentado na rubrica de Outros passivos do Balanço visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 14).

Projeto Banco Mundial

Em 2021, compreendia o subsídio recebido do Banco Mundial, no montante de mESC 547.803 destinado ao aumento do capital da Sociedade. O saldo transitado de 2021, acrescido dos recebimentos no exercício de mESC 29.841, foram utilizados, em 2022, para o aumento do capital social da PRÓGARANTE (ver Nota 15).

NOTA 13 – Provisões

O montante mESC 19.198 corresponde ao cálculo dos riscos sobre garantias concedidas. As provisões correspondem aos valores da perda esperada do saldo vivo da carteira ou garantias emitidas.

O cálculo das provisões, pela carteira garantida, está baseado num modelo de classificação interna para a Gestão de Risco da PRÓGARANTE, conforme estabelecido pela Basileia II.

O Modelo de Classificação Interna para a Gestão de Risco da PRÓGARANTE está baseada no estabelecido pela Basileia II, em que:

$$PE = P(I) * (1 - P(R))$$

Sendo:

- PE : Perda Esperada do crédito garantido
- P(I) : Probabilidade de Incumprimento do crédito garantido
- P(R) : Probabilidade de Recuperação do crédito garantido

A P(l) de cada crédito garantido é calculada de acordo com a seguinte tabela de classificações:

Regular	Atraso			
	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias
1%	25%	50%	90%	100%

A probabilidade de recuperação, P(R), é considerada 1 quando existem contragarantias de Estado, ou algum fundo líquido na conta da PRÓGARANTE, e é considerada 0 para qualquer outra contragarantia real ou pessoal. A probabilidade de recuperação pode ter um valor maior que 0 se existe uma garantia hipotecaria ligada à operação garantida.

Assim, o cálculo da provisão de um crédito garantido, P, é:

$P \text{ crédito} = (\text{Saldo Vivo}) \text{ crédito} * PE \text{ crédito}$

Por fim, a provisão total da carteira corresponde à soma das provisões dos créditos garantidos: $\text{Provisão Total} = \sum P \text{ crédito}$

No mapa a seguir mostra-se, por instituição financeira, a sua carteira total, carteira constituída pelas garantias emitidas pela PRÓGARANTE com os seus diferentes produtos (COVID-19, FME, Ecossistema e Bilateral e o retoma), número de operações em atraso, probabilidade de incumprimento e perda esperada (calculadas conforme o modelo de classificação acima indicado).

Em 2022, esta rubrica tem a seguinte composição (em CVE):

Garantias Emitidas Vigentes						Total Garantias Vigentes
Linha COVID-19		Tansitadas Ecossistema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	
C-19	FME					
CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 540 328	397 038	383 769	2 321 135	378 706	642 265	3 342 107

CECV	984	668 755 657	533	236 266 968	5 525 507
BCA	607	1 424 477 625	20	34 053 394	5 332 664
BI	107	377 237 553	14	20 938 091	626 050
BAICV	92	394 246 699	8	8 595 004	3 874 898
BCN	50	282 037 366	4	10 180 374	400 450
IIB	16	40 368 804	3	1 738 901	1 434 809
Ecobank	16	123 973 560	3	9 094 862	0
Garantia Seguros	2	30 443 974	1	24 112 672	1 438 664
Fami-Picos	1	565 334	1	565 334	565 334
	1 875	3 342 106 572	587	345 545 599	19 198 374

O aumento do saldo face ao exercício anterior de mESC 9. 951 resulta da atualização dos riscos, à data do balanço, sobre garantias concedidas.

NOTA 14 – Outros Passivos

Em 2021, os saldos correspondentes encontravam-se apresentados na rubrica de Credores e outros recursos (mESC 1.302.017 reexpressos) (ver Nota 12) e Receitas com rendimento diferido (mESC 340).

	2022
Operações de venda com acordo de recompra	
Títulos	740 000
Rendimentos a receber	
Juros e rendimentos Similares - Título de Tesouro	(31 482)
	708 518
Outros credores	
Projeto Banco Mundial	-
BAI CENTER - Sociedade Unipessoal S.A	277
Consultoria Banco Mundial	4 998
Remuneração dos membros do CA	420
Remuneração do Pessoal	4 122
Credores por acréscimo de gastos	175
Retenção IRPS e Desconto INPS	444
Outros fornecedores	712
Remunerações a pagar	2 702
Outros	1 144
	715 269

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de mESC 708.518 compreende o preço de compra no montante de mESC 740.000 depositado no IIB (ver Nota 2), deduzido do valor dos cupões anuais e do prémio especializado até à data do balanço pelo montante total de mESC 31.482.

NOTA 15 – Capital

Os movimentos registados em 2022 e 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social em 2022 e 2021, integralmente realizado, está representado por mESC

966.414 e 1.550.000 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1.000 CVE cada e é detido integralmente pelo Estado de Cabo Verde.

Em 2022 foi deliberado em Assembleia Geral, de agosto e setembro, o aumento de capital, sendo (i) mESC 34.606 e mESC 543.038, por incorporação dos fundos oriundos do Banco Mundial (ver Nota 13) e (iii) mESC 5.942, em setembro de 2022, por incorporação de reserva disponível, tendo sido cumpridas as exigências estabelecidas no artigo 255º do Código das Sociedade Comerciais.

A rubrica de Outros instrumentos de capital representa o fundo conta garantia, recebido em novembro de 2021, para o Programa Lavanta. O fundo é financiado pelo mecanismo de Financiamento Rápido RFF do PNUD no âmbito do INFF (Integrated National Finance Framework), que tem como objetivo proporcionar a alavancagem de financiamento junto da banca comercial de projetos inovadores liderados por jovens e mulheres.

De acordo com os estatutos, 10% do resultado líquido anual deverá ser afeto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

O saldo da rubrica Reserva legal e resultados transitados em 2022 compreende reservas legais de mESC 39.104 (2021: mESC 54). Em 2021, compreendia mESC 15.424 de resultados transitados, transferidos para reserva legal em 2022.

As reservas legais só podem ser utilizadas para (i) cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

O resultado líquido reexpresso do exercício de 2021, no valor de mESC 29.568, foi transferido para Reservas Legais.

NOTA 16 – Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares representam os juros resultante das aplicações efetuadas em diversas instituições de créditos no país (ver Notas 3 e 7).

NOTA 17 – Outras comissões recebidas

Esta rubrica tem a seguinte composição (em mESC):

Outras comissões recebidas	2022	2021
Por garantias		
Garantias	22 212	29 228
	22 212	29 228

As comissões por garantias são calculadas numa base anual e consideram-se devidas imediatamente após a prestação do serviço de garantia parcial.

NOTA 18 – Outros rendimentos e receitas operacionais

A rubrica de outros rendimentos e receitas operacionais apresentam em detalhe o seguinte (em mESC):

Outros rendimentos e receitas operacionais	2022	2021
Subsídio do Banco Mundial	30 761	27 160
Correções relativas a períodos anteriores	4 336	4
	35 097	27 165

Subsídios do Banco Mundial

O saldo reflete os gastos incorridos pela PRÓGARANTE e imputados à UGPE no âmbito do projeto do Banco Mundial "Access to Finance for MSMEs Project (P163015)". Em 2022, apresenta a seguinte decomposição (em mESC):

	2022
Subsídio Banco Mundial	
Honorários Consultoria (ver Nota 19)	20.963
Remunerações do pessoal (ver Nota 20)	7.091
Rendas do escritório (ver Nota 19)	2.481
Outros Custos Com pessoal (ver Nota 20)	226
	30.761

Correções relativas a períodos anteriores

Relacionam-se com o reconhecimento, em 2022, dos juros corridos respeitantes a aplicação na CECV (ver Nota 3) referentes ao exercício anterior.

NOTA 19 – Gastos gerais administrativos

A rubrica de gastos gerais administrativos apresenta em detalhe o seguinte (em mESC):

Gastos gerais administrativos	2022	2021
Serviço de Consultoria	21 397	22 934
Renda de escritório	2 481	2 481
Publicidade	2 036	409
Serviço de Contabilidade	1 210	1 210
Deslocação e estadas e representação	1 065	1 107
Água, energia e combustíveis	921	716
Serviço de Assessoria Jurídica	907	776
Serviço de Auditoria	828	843
Outros serviços especializados	447	46
Prémio por incumprimento	434	434
Subsídios de Natal e Férias	434	434
Impressos e material de consumo corrente	377	84
Comunicação e despesas de expediente	250	3 034
Outros	354	330
Serviço de Assessoria	290	48
INPS	247	651
Correções dos anos anteriores	210	120
Formações	200	-
Serviço de informática	133	71
Outros fornecimento de terceiros	99	54
Seguros	92	81
Aluguer de estacionamento privado	62	46
Material de higiene e limpeza	50	116
Outros alugueres	45	-
Limpeza, higiene, segurança e conforto	23	-
Conservação e reparação	9	11
Equipamento de baixo valor	10	52
Outros serviços de terceiros	2	-
Serviço de contencioso e notariado	1	0
Assessoria em comunicação	-	121
	34 612	36 209

Em 2022, os gastos gerais administrativos apresentam um total de mESC 34.612, registando uma diminuição acumulada de 4%, face ao período homólogo, devido, essencialmente, à diminuição verificada na rubrica de comunicação e despesas de expediente que contempla as despesas bancárias e demais rubricas como a de assessoria em comunicação, material de escritório e serviço consultoria.

Os Serviços de Consultoria contemplam, essencialmente, os honorários do consultor Andrés Bernal, no montante de mCVE 20.963, financiado pelo projeto do Banco Mundial "Access to Finance for MSMEs Project (P163015)", pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outros rendimentos e receitas operacionais (ver Nota 18).

NOTA 20 – Gastos com pessoal

A tabela abaixo apresenta os gastos com os órgãos de gestão e o pessoal da PRÓGARANTE:

Gastos com pessoal	2022	2021
Remunerações		
Remunerações dos órgãos de gestão	2.993	2.004
Remunerações do pessoal	5.729	186
Encargos sociais obrigatório	868	30
Outros Custos Com pessoal	20	16
Estimativa de prémio de produtividade	-	5.940
	9.611	8.175
Numero de colaboradores	10	4

Os gastos com pessoal referem-se aos gastos com as remunerações do pessoal e as remunerações dos membros do Conselho da Administração da PRÓGARANTE e das componentes variáveis a que têm direito segundo a classificação das remunerações das empresas do sector público empresarial (nos termos do nº 7 do artigo 27º do Decreto-lei nº 6/2010 de março).

O aumento de gastos com o pessoal face ao exercício anterior deve-se essencialmente ao aumento do número de trabalhadores e à atualização salarial.

O montante de mESC 7.317 dos gastos com o pessoal foram financiados pelo Banco Mundial, pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outros rendimentos e receitas operacionais (ver Nota 18).

A estimativa de prémio de produtividade em 2021 no valor de mESC 5.940 foi em 2022 anulada e registada em Outros resultados de exploração, por ser indevido.



NOTA 21 – Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível ao acionista pelo número de ações, como segue:

	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Resultado Líquido do exercício (mESC)	41.947	34.663	29.568
Numero médio ponderado de ações/ nº de ações em 2021	1.163.827	966.414	966.414
Resultado por ação básico / Resultados Diluidos por ação (ESC)	36	36	31

Em 2022, o número médio ponderado de ações foi calculado tendo em conta o aumento de capital em agosto e setembro de 2022 em mESC 34.606 e mESC 548.980, respetivamente (ver Nota 15).

NOTA 22 – Partes relacionadas

A PRÓGARANTE é detida 100% pelo Estado, tendo também como partes relacionadas, todas as entidades/empresas associadas, assim como acionistas e as instituições envolvidas, nomeadamente a PRÓEMPRESA, PRÓCAPITAL e a UGPE – Unidade de Gestão de Projetos Especiais.

Em 2022 e 2021, os saldos apresentados no Balanço com partes relacionadas referem-se exclusivamente ao saldo a receber da UGPE, conforme segue (em mESC):

	2022 (ver Nota 11)	2021 (ver Nota 4)
UGPE- Unidade de Gestão de Projetos Especiais	12.075	16.451

Não existem transações com os Administradores.

As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 2.993.

NOTA 23 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no Balanço

Existem três tipos de receita gerada pela PRÓGARANTE: (i) receita gerada por investimentos financeiros, (ii) a receita gerada por suas operações de garantia (comissões de garantia) e (iii) as outras receitas (especificamente o subsídio do projeto do BM).

As comissões, base 100% de cobertura, que a PRÓGARANTE cobrará pelas garantias de

crédito emitidas serão de:

- 1% para as garantias DGT;
- 0,5% para as garantias COVID-19 e Fomento ao Mico Empreendedorismo;
- 2% para as outras garantias (protocolos bilaterais).

A comissão será proporcional à cobertura concedida. Esta comissão será cobrada na cabeça semestralmente para as garantias COVID 19, FME e outras garantias e posticipadamente para as garantias DGT.

No caso de contragarantias para as companhias de seguros, a comissão corresponderá a uma percentagem do prêmio de risco que a seguradora cobra ao cliente. O percentual do prêmio é equivalente à cobertura da contragarantia, nesse caso, a cobrança do prêmio será na cabeça.

A carteira constituída pelas garantias emitidas pela PRÓGARANTE com os seus diferentes produtos (COVID-19, FME, Ecossistema e Bilateral e o retoma), tem a seguinte composição:

Garantias Emitidas Vigentes						Total Garantias Vigentes
Linha COVID-19		Tansitadas Ecossistema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	
C-19	FME					
CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 540 328	397 038	383 769	2 321 135	378 706	642 265	3 342 107

NOTA 24 – Divulgações exigidas por diplomas legais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e auditores decompõe-se como segue:

	2022	2021
Administradores	2.258	1.584
Fiscal único	315	420
Conselho Fiscal	420	-
Auditores	720	843
	3.713	2.847

NOTA 25 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

Praia, 18 de maio de 2023

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

Membros do conselho de Administração

Presidente do Conselho Administrativo



.....
/ Antónia Maria Resende Cardoso /

Administrador Executivo



.....
/ Andres Rodolfo Bernal Espinosa /

Administrador não executivo



.....
/Edney Samir Sanches Cabral /

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Arela - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Data de referência		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
ATIVO				
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	756 537	297 410	1 045 679
Aplicações em instituições financeiras	3	851 953	480 000	480 000
Devedores e outras aplicações	4	-	19 283	19 283
Outros activos tangíveis	5	7 663	3 431	3 431
Outros activos intangíveis		371	371	371
Ativos com acordo de recompra	6	-	748 269	-
Ativos financeiros detidos para negociação	7	-	42 292	42 292
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	740 000	-	740 000
Ativos por imposto sobre o rendimento	9	-	3 275	-
Ativos por imposto corrente	9	-	1 819	-
Rendimentos a receber	10	-	24 534	16 075
Despesas com encargo diferido		-	68	68
Outros ativos	11	40 209	8 871	8 871
Total dos ativos		2 396 734	1 629 623	2 356 070
PASSIVO				
Passivos por impostos correntes	9	2 774	3 599	3 599
Credores e outros recursos	12	-	570 476	1 302 017
Provisões	13	19 198	9 247	9 247
Receitas com rendimento diferido		-	340	340
Outros passivos	14	715 269	966	966
Total de Passivo		737 241	584 628	1 316 169
CAPITAL				
Capital	15	1 550 000	966 414	966 414
Reserva legal e resultados transitados		39 104	15 478	15 478
Outros instrumentos de capital		28 441	28 441	28 441
Resultado do exercício	21	41 947	34 663	29 568
Total de Capital		1 659 492	1 044 995	1 039 901
Total de passivo + capital próprio		2 396 734	1 629 623	2 356 070

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edrley Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E****1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Juros e rendimentos similares	16	46 210	36 328	36 328
Juros e encargos similares		(2 861)	(1 431)	(1 431)
Margem Financeira		43 349	34 898	34 898
Outras comissões recebidas	17	22 212	29 228	29 228
Outros rendimentos e receitas operacionais	18	35 097	27 165	27 165
Outros encargos e gastos operacionais	20	(1 042)	-	-
Outros resultados de exploração		5 940	-	-
Produto Bancário		105 555	91 290	91 290
Gastos gerais administrativos	19	(34 612)	(36 209)	(36 209)
Gastos com pessoal	20	(9 611)	(8 175)	(8 175)
Outros gastos	5	(5)	(2)	(2)
Gastos/Reversões de depreciação e Amortizações		(1 303)	(997)	(997)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações		(9 951)	(8 090)	(8 090)
Reversões de Provisões líquidas de Reposição e Anulações	13	-	444	444
Resultado antes de Impostos		50 073	38 261	38 261
Imposto sobre o rendimento do período	9	(8 125)	(3 599)	(8 693)
Resultado Líquido	21	41 947	34 663	29 568

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Resultado Líquido do exercício	21	41 947	34 663	29 568
Reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	-
Rendimento Integral		41 947	34 663	29 568

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Urbosa



Inscrição no OPAOC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 103457927

O Conselho de Administração,
Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samuel Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reserva legal e reservados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	1	966 414	-	15 478	-	981 892
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	29 568	29 568
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	28 441	-	-	28 441
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	28 441	-	29 568	58 009
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-
Aplicação dos Resultados do período anterior		-	-	-	-	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2021 REEXPRESSO	4	-	-	-	-	-
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	1	966 414	28 441	15 478	29 568	1 039 901
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	41 947	41 947
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	41 947	41 947
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aumento de Capital		583 586	-	(5 942)	-	577 644
OUTRAS OPERAÇÕES	3	583 586	-	(5 942)	-	577 644
Aplicação dos Resultados do período anterior		-	-	29 568	(29 568)	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2022	4	1 550 000	28 441	39 104	41 947	1 659 492

O Contabilista certificado
Éder Petruta Cardoso Lisboa
NIF 289 646 156
Inscrito na OPACC
Cédula Profissional nº 0483
NIF: 302457927

O Conselho de Administração,
Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso
Administrador Executivo
Andrés Rodolfo Bernal Espinosa
Administrador Não Executivo
Edney Samir Simões Cabral

PROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
 Sede: Edifício Bai Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
 NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESG)

Rubricas	Notas	PERÍODO		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reapresso
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		11 986	20 900	20 900
Pagamentos a fornecedores		(6 262)	(5 175)	(5 175)
Pagamentos ao pessoal		(9 756)	(2 356)	(2 356)
		(4 031)	13 369	13 369
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8 950)	(6 403)	(6 403)
Outros recebimentos/pagamentos		21 710	304 747	304 747
		8 728	311 712	311 712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Outros Ativos tangíveis		(5 537)	(28)	(28)
Investimento financeiro		(342 301)	(510 000)	(510 000)
Recebimentos provenientes de:				
Investimento financeiro		48 861	330 389	1 078 558
Juros e rendimentos similares		1 107	14 611	14 611
		(297 871)	(165 028)	583 242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Recursos de outras Instituições financeiras		-	380 971	380 971
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares		-	(3 555)	(3 555)
Outras operações de financiamento		-	(250 000)	(250 000)
		-	127 416	127 416
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
Caixa e seus equivalentes no início do período - Reapresso		(289 142)	274 100	1 022 370
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	756 537	297 410	1 045 679

O Contabilista certificado
 Éder Patrick Cardoso Uchoa



Inscrito na OPAEC
 Cédula Profissional nº 0483
 ME: 109457927

O Conselho de Administração,
 Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Barrant Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Santos Cabral